



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 178

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	3549
ADVOCACIA GERAL	3551
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3552
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3553

TAQUIGRAFIA

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA LEGISLATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 11 de outubro de 2016

Presidência do Sr.

EDSON MARTINS - 1º Vice Presidente

Secretariado pelo Sr.

JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 15 horas e 12 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Airtton Gurgacz (PDT) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 43ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa

da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Quero agradecer aqui a todos os militares, em nome do nosso Deputado Jesuíno Boabaid, agradecer à presença dos militares aqui presentes; quero agradecer também a presença do Ronildo Martins, que é meu irmão, lá do município de Nova Mamoré, também está aqui presente, aqui ao lado.

E neste momento solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Em primeiro lugar, cumprimentar a todos os policiais e bombeiros militares que se encontram no recinto, é um prazer enorme estar aqui. E hoje, se Deus quiser, havendo número regimental, iremos aprovar a tão sonhada PEC da Qualidade e Integralidade.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado aí Ronildo, Aline, a Dra. Aline aqui presente; a Geisa, muito obrigado pela presença. Muito obrigado a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 3476/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 724/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

02 – Ofício nº 3477/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 722/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**

1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**

2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**

3º Secretário: **ALEX REDANO**

4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**

Departamento legislativo - **Huziel Trajano Diniz**

Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

03 – Ofício nº 3689/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 726/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid.

04 – Ofício nº 3690/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 721/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid.

05 – Ofício nº 3709/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2915/16, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

06 – Ofício nº 3691/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2939/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

07 – Ofício nº 3692/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2941/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

08 – Ofício nº 3666/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2934/16, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

09 – Ofício nº 3694/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2934/16, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

10 – Ofício nº 3695/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2945/16, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

11 – Ofício nº 3696/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2935/16, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

12 – Ofício nº 3705/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2928/16, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

13 – Ofícios nº 3304 a 3326; 3328 a 3407; 3411 a 3473; 3521 a 3662/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2395 a 2403; 2406 a 2417; 2439 a 2472; 2475 a 2477; 2484 a 2535; 2612, 2627 a 2630; 2638, 2643 a 2741; 2744 a 2809; 2815 a 2844; 2869/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

14 – Ofício nº 18641/2016 – Supremo Tribunal Federal, solicitando informações sobre a Lei nº 3.896 de 2016, objeto da ADIN nº 5594.

15 – Requerimento do Senhor Deputado Aécio da TV, justificando ausência nas sessões dos dias 13 e 27 de setembro de 2016.

16 – Requerimento da Senhora Deputada Rosângela Donadon, justificando ausência nas sessões dos dias 2 de agosto, 6 e 20 de setembro de 2016.

17 – Requerimento do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando ausência nas sessões dos dias 2 e 9 de agosto, 13 e 20 de setembro de 2016.

18 – Requerimento do Senhor Deputado Dr. Neidson, justificando ausência nas sessões dos dias 13 e 27 de setembro de 2016.

19 – Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho, justificando ausência na sessão do dia 27 de setembro de 2016.

20 – Requerimento do Senhor Deputado Ezequiel Junior, justificando ausência na sessão do dia 27 de setembro de 2016.

21 – Requerimento do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando ausência na sessão do dia 27 de setembro de 2016.

22 – Requerimento do Senhor Deputado Adelino Follador, justificando ausência na sessão do dia 27 de setembro de 2016.

23 – Requerimento do Senhor Deputado Hermínio Coelho, justificando ausência nas sessões dos dias 13 e 27 de setembro de 2016.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Cleiton Roque, justificando ausência na sessão do dia 2 de agosto de 2016.

25 – Requerimento do Senhor Deputado Ribamar Araújo, justificando ausência na sessão do dia 13 de setembro de 2016. Lido os expedientes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido nos termos regimentais, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do Inciso III do artigo 135 do Regimento Interno, para o lançamento do Programa de Vacinação Bovina no Estado de Rondônia.

Neste momento está transformada esta Sessão em Comissão Geral para esta finalidade. O Mestre de Cerimônias está com a palavra.

(Às 15 horas e 33 minutos transforma-se esta Sessão em Comissão Geral e o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Lazinho da Fetagro)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Então está transformada em Comissão Geral. Dentro de instantes iremos recompor a Mesa dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia para que possa ser feito aqui na Assembleia o lançamento da vacinação bovina no Estado de Rondônia.

Suas Excelências, senhores Deputados Edson Martins 1º Vice-Presidente; Deputado Lazinho da Fetagro, compor a Mesa e o Deputado Adelino Follador da Comissão de Agricultura. Convidamos, também, para compor a Mesa o senhor Anselmo de Jesus Abreu, Presidente da Idaron. Convidamos também o Excelentíssimo Senhor Valterlins Calaça, Superintendente Federal de Agricultura, em Rondônia, do MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Com a palavra a Sua Excelência Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado. Boa tarde senhores, agradecer a presença e parabenizar pela organização de toda Corporação da Polícia Militar que se faz presente; agradecer a presidência desta Casa pela compreensão, juntamente com todos os deputados, dando a oportunidade do Estado, através da Idaron, agência Idaron, aqui representado pelo seu Presidente Anselmo de Jesus; bem como com a presença do senhor Valterlins, que é o Superintendente da Agricultura no Estado; com a presença da Comissão de Agricultura, o nosso Deputado Adelino Follador; o nosso Vice-Presidente desta Casa, Deputado Edson Martins e Deputado Dr. Neidson, agradecendo desde já pela presença. A intenção é poder, com este ato, fazer neste momento o lançamento do programa de vacinação contra febre aftosa no Estado de Rondônia. E, na nova dinâmica de governo, também dos órgãos competentes, o lançamento não será mais com toda aquela propaganda feita e gastos feitos no passado. A determinação do governo é que seja feita em atos, pedindo o apoio de toda população. E hoje, com a presença da Polícia Militar nos ajudando, posteriormente a fazer a divulgação, também assim como os Deputados, a importância deste ato e a importância da vacinação será esclarecida ao longo desses 20, 30 minutos, pelo Presidente do Idaron e pelo Valterlins que é o Superintendente da Agricultura no Estado. O setor produtivo é, sem dúvida, o principal setor de produção e economia do Estado e carece sempre do apoio, da atenção e da responsabilidade, como sempre foi tocado e continuará sendo tocado pelo Estado juntamente com os nossos agricultores e agricultoras de todo Estado de Rondônia. Portanto, agradeço desde já ao Presidente Anselmo pela presença; agradeço a

presença do Superintendente Valterlins e passo a palavra para o nobre Deputado Adelino Follador para, posteriormente, a gente já fazer o lançamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Cumprimentar o Deputado Lazinho que está presidindo esta Sessão; cumprimentar aqui o Deputado Edson Martins, Vice-Presidente desta Casa; Valterlins também, representando o Ministério da Agricultura; Anselmo de Jesus, representando o Idaron. Para nós é uma satisfação estar aqui, cumprimentar meus colegas Deputados Dr. Neidson e também o Deputado Jesuíno e Deputado também, ex-presidente da Casa Deputado Hermínio Coelho; também a Deputada Glaucione, hoje eleita Prefeita de Cacoal. Para nós é um prazer muito grande cumprimentar todos os policiais aqui presentes. Dizer que daqui a pouco nós vamos votar, com certeza, a PEC que tanto vocês almejam, mas nós gostaríamos de enfatizar a importância desse lançamento da vacinação contra a febre aftosa. Hoje é um setor, o agronegócio hoje, com certeza, é o que sustenta o Estado de Rondônia e nós temos... É um setor muito importante da economia de Rondônia. Parabenizar o Anselmo, ex-deputado federal Anselmo de Jesus que hoje preside o Idaron e em nome dele cumprimentar todos os ex-presidentes do Idaron que com certeza desde a criação, na época do Governador Bianco, na época do ex-presidente Barbieri, que veio, que é uma pessoa que organizou o Idaron no Estado de Rondônia, Deputado Edson, e de lá para cá sempre vem fazendo um grande trabalho, todos os técnicos do quadro do Idaron. Então parabenizar todos os funcionários e parabenizar também todos os ex-presidentes pelo trabalho que vem fazendo até hoje, pela credibilidade do órgão perante as instituições, perante, na questão da carne, da exportação de carne, hoje precisa manter o Idaron com credibilidade para poder, com certeza, cada vez mais, fortificar essa cadeia da carne que é muito importante para o Estado de Rondônia. Então, eu queria só registrar esse fato e parabenizar o Valterlins também, pelo trabalho que vem fazendo junto ao Ministério. Uma pessoa que com certeza está sendo respeitada em nível nacional e para nós é um prazer, nós aqui precisamos várias vezes, precisamos fazer um trabalho junto com o Idaron, junto com o Ministério da Agricultura e sempre tivemos todo apoio, inclusive em cima daquela questão da CPI da carne, Deputado Lazinho, que nós fizemos em conjunto e está dando frutos. Não chegou ainda nós queríamos que chegasse não, mas com certeza está dando frutos. Então, deixar um abraço a todos. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Agradecer também a presença do Avenilson, nosso amigo. Ele é o Diretor Executivo hoje da Idaron. Obrigado pela presença, Avenilson. Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Cumprimentar o Deputado Lazinho, que preside essa Comissão mista. Cumprimentar o colega Deputado Adelino Follador; Valterlins, do Ministério da Agricultura, representado; Anselmo de Jesus, ex-deputado, hoje Presidente do Idaron; Glaucione, nossa Deputada. Parabenizar Deputada Glaucione, pela sua eleição, Prefeita eleita do município de Cacoal, uma cidade importante do nosso Estado. Deputado Hermínio Coelho, Deputado Jesuíno, Deputado Dr. Neidson, Deputado Alex Redano, servidores da Casa, Polícia Militar, parabéns, certeza pela conquista hoje estaremos votando, com certeza o Projeto de Emenda Constitucional que é reivindicação dessa categoria. Deputado Lazinho, eu gostaria de parabenizar o Anselmo de Jesus, Presidente do IDARON,

hoje lançamento da Campanha de Vacinação do nosso rebanho bovino do Estado de Rondônia, o maior patrimônio econômico hoje do Estado de Rondônia é o nosso rebanho e parabenizar a todos que já passaram ex-presidentes, ex-governadores que hoje temos o rebanho expressivo do nosso Estado e com certeza temos que cuidar. Esse é o patrimônio, realmente, que faz a diferença econômica para o nosso Estado, é o nosso rebanho bovino e parabéns aos Governos do Estado que sempre tem dado esse apoio, esse suporte ao IDARON para que pudesse manter a vacinação do nosso rebanho e que com certeza isso nós ainda pretendemos entrar em outros mercados e seria importante e para isso nós temos que realmente manter essa vigilância constante da questão do rebanho e da vacinação do nosso rebanho. Então parabéns! Deixo aqui minha palavra, parabéns Deputado Lazinho pelo bom trabalho que Vossa Excelência vem fazendo frente à Comissão de Agricultura nesta Casa. Parabéns, muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Deputado Edson e sem mais delonga cumprimentar só a nossa futura Prefeita, aliás, a próxima Prefeita que a futura a gente não sabe quando vai ser, a próxima Prefeita de Cacoal, Deputada Glaucione, parabéns pela vitória. Esta Casa aqui estava muito triste sem a presença de Vossa Excelência, você ter que aguentar o Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, Deputado Neidson, sem ter a presença de Vossa Excelência para poder alegrar os nossos olhos é muito difícil. Parabéns pela vitória.

Sem mais, passo a palavra, em nome do Governador Confúcio Moura, passo a palavra ao Presidente do IDARON, ex-Deputado Federal Anselmo de Jesus. Pode ocupar a Tribuna se for da vontade do senhor.

O SR. ANSELMO DE JESUS – Sr. Presidente, Deputado Lazinho, quero parabenizá-lo e ao mesmo tempo cumprimentá-lo pelo grande trabalho que tem feito junto com o Deputado Adelino Follador, Deputado Edson na Comissão de Agricultura; quero cumprimentar aqui também meu amigo Valterlins, que tem representado muito bem o nosso Ministério da Agricultura aqui em Rondônia; cumprimentar os Deputados e Deputadas aqui presentes; cumprimentar também meu Diretor Executivo, Avenilson; queremos cumprimentar também os representantes da EMATER, da SEAGRI, alguns produtores que estão aí; cumprimentar também a Polícia Militar que está aqui hoje em peso buscando as suas reivindicações e nós pedimos esse espaço Presidente, para que a gente pudesse neste momento está dizendo para vocês de fato todo o nosso trabalho do IDARON.

Eu. No primeiro momento, a gente encontrou muitas dificuldades que eu considero aquele momento que nós estávamos plantando. Depois, continuamos cuidando e nesse exato momento nós estamos colhendo e hoje nós temos condições sim de fazer essa 41ª Campanha de Vacinação no Rebanho de Rondônia e nesse momento nós podemos fazer festa. Podemos fazer festa por quê? Porque nesse momento agora, Rondônia se coloca hoje o 6º maior rebanho do nosso País; se coloca hoje o 4º Exportador de Carne do nosso país; também nos colocamos hoje em 1º lugar na produção de leite da Região Norte, isso não é pouca coisa, mas, o que é mais importante, a partir desse grande trabalho que a IDARON tem feito junto dos Governos passados, junto do nosso Governo Confúcio Moura, isso fez com que realmente nós fôssemos muito bem reconhecido hoje tanto pelo Estado como também em nível Nacional. Hoje nós temos um dos rebanhos mais bem cuidado do Brasil hoje, nós tivemos uma “Campanha de Sororização”

nas fronteiras e nós ganhamos em 1º lugar, inclusive, bem na frente do Paraná o rebanho mais bem cuidado hoje nas fronteiras hoje do Brasil. Isso nos garantiu o quê? Nada mais do que nós alcançar o Mercado Europeu, de nós exportarmos para os Estados Unidos. Então, vejam bem o motivo que nós temos hoje para poder vir aqui junto com os Deputados, junto com os senhores e as senhoras dividir junto com vocês esse momento de alegria do Estado de Rondônia. Mas eu também não poderia deixar de destacar aqui a importância daquele que de fato é o ator principal nosso que são os nossos produtores, os nossos pecuaristas com a consciência que eles têm desse momento difícil que passamos e desse momento que estamos fazendo a colheita que é de realmente se destacar hoje em nível nacional. E só para os senhores e senhores terem ideia, hoje nós temos quatro técnicos escrevendo a nível de América Latina, principalmente com o foco principal na questão da febre aftosa. E nós tivemos, nós tivemos um dos técnicos desses O4, foi escolhido aqui do IDARON de Rondônia, que é o Márcio Petron. Então, veja bem o conhecimento que esse pessoal tem do grande trabalho que a gente desenvolve e desempenha aqui no Estado de Rondônia. Mas, não é só isso, eu acho que nós hoje pedimos adesão, depois o Valterlins pode falar melhor disso, que ele representa o Ministério da Agricultura aqui, o SISB, que é um Sistema de Inspeção Estadual e que nós pedimos em um primeiro momento e hoje nós já temos duas indústrias já vistoriadas pelo Ministério da Agricultura, um é o frigorífico lá de Cacoal, o outro é um laticínio ali de Vila Nova do Mamoré. Então, vão ser os primeiros que vão realmente ser habilitados já nesse sistema. O quê que é esse sistema? É um sistema que hoje é do Estado, mas que você pode exportar para fora do Estado. E nós já temos várias agroindústrias, frigoríficos já com pedido na adesão desse SISB. Por que isso está acontecendo? Porque hoje, o Ministério da Agricultura através do Governo Federal, reconhece a forma que é tratada, a forma que é vacinado os rebanhos aqui em Rondônia. E nessa campanha agora, nós precisamos confirmar de fato em nível internacional, em nível nacional e também aqui no Estado de Rondônia que nós temos um produto de qualidade para poder vender tanto para o Brasil, como para fora do Brasil. Então, quando a gente vem aqui para dizer isso para Vossas Excelências, senhor Presidente, Deputado Follador, que realmente é um Deputado que contribui muito com agricultura e aí uma das coisas que eu também quero dizer para Vossas Excelências, da importância do IDARON hoje, não é só apenas na questão da pecuária. Nós também temos uma área importantíssima que está crescendo a largos passos em Rondônia hoje, que é a área vegetal. Nós sabemos da importância hoje do crescimento da soja no Estado de Rondônia, do arroz também que está crescendo muito, nós temos uma tecnologia de café clonal que está realmente ganhando o Estado de Rondônia e inclusive hoje a Nestlé está buscando já o Estado de Rondônia, porque o Espírito Santo acabou a água, está acabando o café e nós podemos estar ocupando esse espaço hoje aqui em Rondônia. Eu tive na Sessão da Câmara de Vereador lá em Nova Brasilândia; Deputado Hermínio; só de muda de café lá em Nova Brasilândia têm três milhões de mudas de café que vai ser plantada este ano, só dos viveiros de Nova Brasilândia. Agora, se o IDARON não estiver lá para poder fiscalizar aqueles viveiros, para poder entregar uma muda sadia, uma muda certificada, eu tenho certeza que a Nestlé não vai vim para Rondônia, porque a Nestlé ela faz negócio com o Governo, ela faz negócio com os produtores desde que seja produtor de café e não plantador de café. E aí, através da EMATER que tem o grande papel de prestar assistência técnica, através da SEAGRI que tem o fomento, nós pre-

cisamos de realmente provar para Nestlé que nós somos capazes de produzir muda certificada com qualidade para poder colocar para os nossos produtores. E hoje, quando se discute a questão do Brasil Central, nós descobrimos que é um produto que mais arrecada no Estado hoje. Então, nós precisamos fazer com que esse produto se estenda para o Estado afora, até para poder melhorar a arrecadação do Estado, como também ao cacau. Agora, nós precisamos de fortalecer cada vez mais o IDARON para poder atender também essa demanda da área vegetal. Nós precisamos hoje de parar aqui em Vilhena a entrada de agrotóxico perigoso, que vai direto ao nosso produtor e que no dia de amanhã pode comprometer a exportação de carne lá para os Estados Unidos, lá para o mercado europeu, porque lá eles vão medir também se tem agrotóxico naquela carne do boi. Nós precisamos hoje de fiscalizar a semente com baixa qualidade, resto de semente lá de fora que está entrando aqui dentro de Rondônia também, e aí o Valterlins que é um grande parceiro nosso, levou da IDARON uma minuta de cooperação para que o IDARON possa realmente fazer essa fiscalização, desde autuar, desde recolher, desde multar para que a gente possa ter semente de qualidade para gente produzir cada vez mais e melhorar o Estado de Rondônia. Então, também hoje nessa área vegetal é muito importante. Mas, também hoje na questão dos pequenos animais. Só para vocês terem uma ideia, hoje Rondônia produz 85 mil toneladas de peixes, é o 1º no Brasil hoje. Imagina só Rondônia hoje, saindo daquelas páginas do Jornal Nacional de coisas ruins e hoje ganhando 1º lugar na produção de peixe no cativado. E o Paraná que vem em 2º lugar, está com 64. Agora, nós precisamos de GTA online tanto para o alevino, como também para o peixe que nós estamos exportando para fora, que o Mato Grosso está barrando o nosso peixe ali, porque nós mandávamos para o Carrefour e hoje nós não podemos mandar mais. Nós temos que mandar para um frigorífico lá. Então, veja o quanto o Estado demanda o IDARON nesse setor produtivo hoje. E aí nós temos outros produtos interessantes que nós temos aí, o nosso tempo é meio curto, mas tem outros produtos interessantes que a gente tem que realmente trabalhar e avançar, não só nesta área de bovinocultura, mas também de todas as outras áreas principalmente essa questão vegetal. E aí a gente quer aqui mais uma vez senhor Presidente, convidar mesmo que você seja parceiro nosso não só aqui na discussão aqui, mas nas reuniões que vocês vão, nós municípios que vocês vão dizer dessa grande conquista que o Estado de Rondônia está tendo nesse momento agora que é de virar essa página e até mesmo na questão do monopólio dos frigoríficos, hoje nós estamos abrindo pequenos e médios frigoríficos aqui que vem de fato aquele que é da terra mesmo, aquele que é daqui mesmo, aquele que não pede subsídio, aquele que não pede terreno está hoje se implantando aqui e nós precisamos ter cada vez mais forte esse sistema hoje para proteger os nossos empresários. Então, eu quero deixar aqui um grande abraço a todos vocês, e nós contamos não só com vocês, também com a Polícia Militar que está aqui para poder divulgar esse grande momento do IDARON, do Estado de Rondônia, e também da SEAGRI, da EMATER, enfim de todos aqueles que são verdadeiros parceiros. Tivemos na Região da Zona da Mata, e aí Deputado Adelino, nós estamos aqui hoje falando com Vossas Excelências aqui. Essa semana, nós fizemos três Câmaras de Vereador, fizemos sete programas de rádio, dois programas de televisão, isso só domingo e segunda-feira, e nós estamos descendo os cinquenta e dois municípios contando essa grande vitória que Rondônia tem, e aí, nós queremos fazer o lançamento da campanha, nós

estamos massificando todos os municípios, e aí é por isso que nós estamos pedindo a ajuda de Vossas Excelências, cada reunião que Vossas Excelências tiverem que Vossas Excelências sejam parceiros da IDARON, fazer, de divulgar essa campanha porque nós precisamos de 100% do nosso rebanho vacinado. Nós vamos iniciar, nós iniciamos agora o processo de mobilização, no dia 15 nós iniciaremos a vacinação, no dia 15 de novembro nós encerramos a vacinação, no dia 22 de novembro nós temos para declarar o gado, agora para declarar esse gado, não precisa esperar o dia 22, a partir que você vacinou, procure a agência do IDARON, declare seu rebanho porque ali você tem informações privilegiadas para o Estado, para que a gente possa planejar melhor esse Estado e fazer com que esse Estado seja de fato a cara dos rondonienses. Então, obrigado Presidente, obrigado a Comissão de Agricultura, obrigado Deputado e obrigado a todos aqueles que estão participando aqui. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Presidente Anselmo. Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não só uma questão de ordem Presidente Deputado Lazinho. Só aqui parabenizar o nosso Anselmo, pela fala e pela questão tão importante para o Estado, que é a questão tanto da agricultura, como da agropecuária do nosso Estado. Agora eu tive dó, eu estou tendo dó do Anselmo, Anselmo, você falar no ambiente que não é o ideal, não seria o ideal para, hoje aqui o tema hoje é segurança pública, nós estamos aqui com uma plateia, obrigado a toda a Polícia Militar que está presente aqui. Essa discussão tem que ser Deputado Lazinho, no momento onde estão os agricultores, os agropecuaristas, porque muita gente nem escutou até porque o som está ruim também, nem escutaram Anselmo, as suas palavras. Eu peço até desculpa para você em nome da Assembleia, a Assembleia colocar você num momento desses para discutir um problema, uma questão muito importante para o Estado, mas que não era esse o momento adequado para você falar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Hermínio, só informado que a programação não é feita em cima da hora, esse dia já estava programado já, há um mês, e de forma nenhuma nós íamos imaginar que hoje iria se discutir segurança pública. Porém, o tema ele é tão importante e relevante que cabe a todos fazer a discussão, essa...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu colocaria Anselmo, o bem de todos, como é um tema muito importante sim, a gente até marcar um dia e convidar os segmentos que tenham interesse na questão e hoje, porque fica difícil você colocar, explanar uma situação para um público diferente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ainda bem Deputado, que nós não chamamos os segmentos, porque aí sim, que nós não iríamos caber dentro desta Casa, mas essa sessão estava marcada já com bastante antecedência e culminou com a entrada da PEC da Polícia Militar, hoje. Então, nós agradecemos a presença de todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero também Deputado Lazinho, pedir para os Deputados na hora que entrar na Sessão Ordinária novamente, que a gente inverta a pauta para começar logo votando a Ordem do Dia, porque, para deixar as falas dos Deputados, os expedientes para o final da Sessão,

que reinicie a Sessão com a votação dos Projetos com a Ordem do Dia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Levando em consideração e apresentar a Presidência a sua indicação e a gente coloca em votação. Pois não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria de dizer que com certeza o Deputado Hermínio tem uma certa razão, só que hoje está dando publicidade, como a sessão é transmitida ao vivo, todo o Estado de Rondônia nesse momento está assistindo, essa publicação é para dar publicidade, a imprensa também vai dar publicidade, que o objetivo principal aqui é dar publicidade para o Estado todo para que todos os pecuaristas, toda a sociedade de Rondônia saiba que a partir de agora está sendo feito o lançamento da aftosa que é um fato muito importante. As pessoas não estão aqui, mas estão assistindo hoje diretamente pela televisão, pelo site, e eu acho que nós temos por obrigação de dá publicidade e até a imprensa também com certeza vai dá uma ênfase muito importante que é para um evento desse tamanho, que é lançamento da aftosa sem menosprezar a votação que nós temos daqui a pouco, eu tenho certeza que os 24 deputados estão empenhados para poder aprovar esse PEC. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – E qualquer coisa depois o senhor fala com o deputado Jesuíno, ele resolve o problema.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É só que inverta a pauta.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Tá, colocamos a apreciação, se o deputado Jesuíno autorizar, mudar o Regimento Interno aí a gente coloca.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem que ser na próxima Sessão, não pode ser nessa Sessão não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Com a palavra o Superintendente da Agricultura, o senhor Valterlins.

O SR. VALTERLINS CALAÇA – Boa tarde a todos, quero aqui cumprimentar o Presidente da Mesa, deputado Lazinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Agropecuária no Estado de Rondônia, representando a Assembleia Legislativa, o deputado Adelino Follador que é membro dessa Comissão, deputado Ribamar Araújo, a deputada Glaucione, hoje Prefeita de eleita de Cacoal em nome dela cumprimentar os demais deputados. Quero aqui Presidente Anselmo, trazer um abraço e os parabéns do nosso Ministro Blário Maggi que vem parabenizar ao Governador Confúcio Moura, ao senhor enquanto Presidente e toda a sua equipe valoriza da Agência IDARON, que está fazendo um excelente trabalho na defesa sanitária animal e vegetal no Estado de Rondônia. São 16 anos de vacinação contra febre aftosa e isso tem elevado o estado sanitário da nossa pecuária não só para o Brasil, como para o mundo. A Agência de Defesa Agropecuária, IDARON, é uma agência reconhecida nacional e internacionalmente com o trabalho feito no Estado de Rondônia e na fronteira Brasil/Bolívia deputado Follador. Então só temos que reconhecer que se hoje Rondônia exporta carne bovina e seus subprodutos para mais de 30 países é por que tem um trabalho realizado pela Agência IDARON, supervisionado e em parceria com o Ministério de Agricultura que tem elevado e gerado emprego e

renda para esse Estado e para a nosso querido Brasil, para a nossa União. Então o Ministério de Agricultura veio aqui para benizar, reforçar essa campanha trazer o seu o seu apoio com a nossa equipe da SFA/RO, colocando à disposição nesse período de vacinação que é importante, foi falado aqui do momento, o momento é relevante para que a gente possa deputado Lazinho, divulgar para os quatro cantos de Rondônia a importância da campanha de vacinação contra a febre aftosa. Eu vou passar uma informação para os senhores que talvez a maioria não saiba, mas a nossa inspeção sanitária animal no Brasil, hoje tem a equivalência a inspeção sanitária americana, isso é a importância de se fazer um trabalho com seriedade. E o trabalho feito pela Agência IDARON junto com os produtores, com os pecuaristas, com a Assembleia Legislativa, com o Governo de Estado de Rondônia um trabalho sério, competente, está transformando a sanidade, não só animal como vegetal do Estado de Rondônia para a sua referência em nível de Brasil e a nível mundial. Então se hoje nós exportamos para mais de 30 países, geramos milhares de empregos, geramos divisas para a nossa economia do Estado de Rondônia, é porque nós temos uma economia forte gerada por uma ação e pelo capricho, pela relevância que a Agência IDARON tem dado as atividades relacionadas a defesa sanitária animal e vegetal. Quero aqui dizer deputado que é muito importante que a gente assuma esse papel enquanto cidadão. Hoje o IDARON não só nesse momento, mas através do seu Presidente e toda a sua equipe está divulgando em todo o Estado de Rondônia, nos 52 municípios essa campanha de vacinação contra a febre aftosa. Por que é importante é um elo da economia, da cadeia que é a nossa pecuária que tem que ser preservada, e nós temos que multiplicar todo momento, em todo instante que é obrigatório, que é necessária essa vacinação. Só assim nós vamos conseguir manter o nosso Estado, comercializar a nossa carne bovina, comercializar os nossos produtos vegetais e manter essa referência reconhecida nacionalmente e internacionalmente que é a marca do gado sadio, do boi de qualidade, da pecuária extensiva feita no Estado de Rondônia com apoio da Assembleia Legislativa, das Câmaras de Vereadores, da população em geral, dos produtores, do pecuarista, dos policiais militares também que pode divulgar essa ação, que se tornará com certeza Presidente Lazinho sucesso, não só para a pecuária, mas para a economia do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Sr. Valterlins. Quero agradecer a presença do Presidente Anselmo de Jesus, ex-deputado federal, a presença do Sr. Valterlins, Superintendente da Agricultura, parabenizar, e agradecer a toda a comunidade, todos os funcionários, toda a equipe do IDARON e da SFA e dizer da importância que é este ato, como disse estava programado e não impediria com a presença da pauta da polícia, da Segurança que a gente pudesse realizar. Então agradeço a presença de vocês e agradeço a compreensão dos nossos nobres servidores públicos da segurança no nosso Estado.

Neste momento declaro encerrada a Comissão Geral e retornaremos aos trabalhos da nossa sessão ordinária. Obrigado.

(Encerra-se a Comissão Geral às 16 horas e 06 minutos)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – A partir deste momento devem permanecer no plenário apenas Suas Excelências os Senhores Deputados e servidores autorizados.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Encerrada a Comissão Geral, retornamos aos trabalhos normais desta Casa, comunicando conforme solicitação do Deputado Hermínio Coelho passaríamos agora para as Breves Comunicações, as inscrições estavam comigo Deputado Lazinho, Deputado Adelino, abriremos neste momento a ordem da fala para que possamos passar imediatamente para a Ordem do Dia e poder colocar a pauta do dia em votação.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria, Presidente, de pedir aos deputados que venham a esta Casa porque, como que nós vamos votar uma PEC aqui com três deputados? Chamar todos os deputados que estiverem na Casa se fazer presentes porque precisamos de 16 votos, então chamar todos os deputados que se façam presentes aqui, caso contrário não tem como votar essa PEC.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Passamos, então, à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas. Antes disso, registrar a presença do Tenente Coronel PM Iago, Comandante do 8º Batalhão; Coronel Silvio Luiz, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros; Coronel PM Clairton Pereira, Subcomandante Geral da PM; Coronel PM Ranilson Lira Brayner, Chefe do Estado Maior; Tenente PM Soares, Coordenador do Curso de Aperfeiçoamento da PM de Rondônia; Coronel Felipe Santiago Chianca, Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros, e o Coronel Gilvander Gregório, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros. Passamos, então, para a Ordem do Dia. Sr. Secretário Deputado Adelino, então faça a leitura das proposições recebidas.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Sr. Presidente, nós temos 16 deputados que assinaram a sua presença, mas vamos entrar na Ordem do Dia e se não tiver 16 aqui no plenário ou na Assembleia o projeto fica prejudicado. Gostaria que V. Ex^a convidasse os deputados para virem ao plenário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Solicitar mais uma vez a todos os deputados que se encontram nesta Casa para que se façam presentes no plenário porque teremos votação que merece e que precisa de quórum qualificado para poder ser votado. Passo neste momento os trabalhos ao nosso Exmº Sr. Presidente Maurão de Carvalho.

(Às 16 horas e 11 minutos o Sr. Lazinho da Fetagro passou a presidência ao Sr. Maurão de Carvalho).

O SR. JESUÍNO BOABAI D – A votação agora Presidente. A votação Manvailer vai ser somente da PEC, não é? Depois colocamos as outras proposições?

O SR. CARLOS MANVAILER – Tem mais matérias...

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Eu sei, mas a gente podia votar a PEC e depois a gente colocava as outras proposições na ordem do dia, nas extraordinárias. Pode ser?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Falta ler o Expediente primeiro.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concedido, minha Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA - Endossando, é porque fica otimizando e fazendo com que..., é porque tem muita gente lá no sol, lá fora. Eu acho que nós devemos acatar o pleito do Deputado Jesuíno.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não tem como não ler o Expediente antes de colocar em votação. Acho que nós temos que pedir aquilo que é possível nesta Casa, porque ainda não foi lido o Expediente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vai ser lido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, ninguém está discutindo o Expediente. Posteriormente ao Expediente, aí coloca somente a PEC, a gente vota e depois coloca as proposições.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Viu Deputado Jesuíno, nós vamos ter que convidar os Deputados, eu vou pedir a minha assessoria para ligar para os Deputados que estão aqui, os que estão nos gabinetes, que nós estamos aí com muitos prefeitos, vereadores eleitos, reeleitos, que estão visitando os gabinetes, a grande maioria dos Deputados está nos gabinetes. Então quero pedir aos Deputados para que venham para o plenário. Nós precisamos de 16 votos hoje, para votar a PEC. Então aqui já estamos com 16, já assinaram a presença, mas a grande maioria dos deputados, às vezes voltam para o gabinete para atender alguém. Eu vou pedir ao Deputado, e a nossa assessoria, que entre em contato com todos os Deputados que já registraram a presença, que agora comigo 17 dá para a gente votar e com isso nós votamos todos os projetos que estão pauteado hoje.

Solicito ao Secretário...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, nós temos 17 Deputados que registraram a presença. Esses Deputados, amanhã é feriado, já está com uns dois meses que nós estamos fazendo, de julho para cá, só tem uma sessão na semana aqui, e na hora da Sessão, a maioria dos Deputados ainda fica em gabinete. Tem que chamar esses Deputados agora para vir tudo para o plenário porque nós temos... Tem bastante gente aqui prestigiando nossa sessão e é importante que todos venham para o plenário para gente votar logo os projetos da Ordem do Dia. Intima esses Deputados e, se não vierem, que corte o ponto ou coisa parecida, porque eles estão na Casa, eles estão na Casa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, alguns Deputados estão aqui, até aqui próximo mesmo. Eu penso que na hora da votação nós vamos estar com os Deputados para votar. Solicito mais uma vez aos Deputados que estão no plenário, no corredor, para que estejam no plenário que nós vamos iniciar a votação e precisamos de 16 votos que o projeto é uma PEC e precisamos de 16 votos para votar. Então, os projetos já estão pauteados e solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – Proceda à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Dispõe sobre a isenção do ICMS incidente na aquisição de veículos utilitários por agricultores familiares.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº 189, de 04 de outubro de 2016, do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 4.020.000,00, em favor da unidade orçamentária Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº 188, de 04 de outubro de 2016, do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei que "Estabelece medidas compensatórias florestais para empreendimentos minerários localizados em área de Reserva Legal e dá outras providências".

- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Acrescenta os parágrafos 4º e 5º ao Artigo 127 da Constituição do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Altera e acrescenta dispositivos na Lei 3.599, de 23 de julho de 2015.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 21 de outubro de 2016, às 09:00 horas, para discutir e analisar a "necessidade de convocação dos excedentes do último concurso da Polícia Civil do Estado de Rondônia".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para os 08 atletas da Academia Sparta, que foram medalhistas no Campeonato Brasileiro, ocorrido nos dias 10 e 11 deste mês, na cidade de João Pessoa - PB.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem 190, de 04 de outubro de 2016, do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei que "Autoriza do Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 2.487.813,40, em favor das unidades orçamentárias: Fundo Penitenciário - FUPEN, Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que interceda junto ao Secretário de Segurança do Estado de Rondônia, providências com máxima urgência, no que tange a necessidade de material bélico SubComando da Polícia Ambiental de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer informações sobre o acervo e atividade da Biblioteca Pública Dr. José Pontes Pinto, localizada no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade urgente de construção de uma ponte sobre o rio Candeias, na Linha C-18, em Vila União, município de Campo Novo de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Rio Preto, entre a Avenida Rio Madeira e Rua Silvania, no bairro Nova Esperança, do município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao Governo do Estado, com cópia a SESDEC, a necessidade urgente do funcionamento da Delegacia da Polícia Civil no município de Monte Negro – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao senhor Governador do Estado, junto ao DER – Departamento de Estradas de Rodagem, a necessidade de recuperação do aeroporto no município de Costa Marques.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas e postos de saúde da rede pública e privada a fornecer o colar protetor de pescoço (tireoide) para pacientes que serão submetidos a exames de rádio odontologia, mamografia ou tomografia no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado Voto de Pesar aos familiares do senhor Márcio Paz Menacho, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 05 de outubro, em Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania -SESDEC, a necessidade de acrescer o efetivo policiamento ostensivo Militar e Civil juntamente com a Força Nacional, com o intuito de fornecer mais segurança para o município de Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópia ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER, da necessidade urgente da recuperação da RO 435 (antiga RO-399), 36 quilômetros que ligam os municípios de Cerejeiras e Corumbiara.

Lidas as proposições recebidas, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se

encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 21 de outubro de 2016, às 09:00 horas, para discutir e analisar a “necessidade de convocação dos excedentes do último concurso da Polícia Civil do Estado de Rondônia”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para os 08 atletas da Academia Sparta, que foram medalhistas no Campeonato Brasileiro, ocorrido nos dias 10 e 11 deste mês, na cidade de João Pessoa - PB.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado Voto de Pesar aos familiares do Sr. Márcio Paz Menacho, pelo seu falecimento ocorrido dia 05 de outubro de 2016, em Guajará-Mirim.

O SR. DR. NEIDSON – Só retificando, é Voto de Pesar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Voto de Pesar.

O SR. ADELINO FOLLADOR (1º Secretário) – Voto de Pesar, é, é isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Requerimento do Deputado Dr. Neidson em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Nós vamos colocar o Projeto de Lei Complementar. Nós precisamos de 16 votos, considerando que a categoria, os policiais estão aqui há muito tempo esperando, nós vamos acatar aqui de pé, nós vamos acatar, vamos fazer o que ainda nós não fizemos nesta Casa, ouviu Deputado Hermínio, foi fazer inversão de Pauta, votar em 1ª e 2ª votação para que vocês fiquem liberados e depois nós prosseguimos a Ordem do Dia com as outras matérias.

Então, considerando aqui que as pessoas estão em pé, estão aguardando, nós vamos abrir essa exceção atendendo aqui a todos vocês.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, até por uma questão de que a gente não corre risco nas mãos da nossa honrosa Polícia Militar do Estado de Rondônia, entendo Deputado Jesuíno

que seria importante nós fazermos uma verificação de quórum para que não ocorra nenhum risco na questão da votação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nós estamos com 20 Deputados, dá sim.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então ok! Vamos lá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Sr. Secretário que leia a matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 021/16 DOP DODER EXECUTIVO/MENSAGEM 162. Altera a redação e revoga dispositivos da Constituição do Estado de Rondônia, com Emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer pela Comissão de Justiça.

Solicito do Deputado Jesuíno, para que ele possa fazer o relatório.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, só para título de informação eu sou Relator na Comissão de Constituição e Justiça e hoje nós acordamos que seria votado no Plenário com os presentes que se encontravam na CCJ.

Trata-se do Projeto de Emenda Constitucional 021 do Poder Executivo/Mensagem 162, altera a redação e revoga dispositivos da Constituição do Estado de Rondônia.

Só para explicar aos nobres Pares e a todos os Policiais presentes que o governo havia entrado com ação direta de inconstitucionalidade sobre o artigo 24 e seus parágrafos até o 9º. E aqui dentro, no bojo dessa Emenda Constitucional trata-se da paridade e integralidade. Paridade e integralidade esta que todos os militares devem ter, ou seja, por conta da sua função e a sua atuação e o Governo, após, diversas discussões entendeu encaminhar esse Projeto agora de sua autoria para que haja a devida solução, mantendo esses direitos que consagram, são cerca de 08 parágrafos, dentre estes, a paridade e integralidade.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes juntando, acatando a Emenda do Deputado Hermínio Coelho, que depois o Deputado Hermínio vai nas discussões, falar sobre a Emenda dele.

Então, somos de parecer favorável, juntando posteriormente de forma formal o nosso parecer no processo Legislativo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Eminentíssimo Deputado Jesuíno Boabaid, acatando a Emenda do Deputado Hermínio.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão a Proposta de Emenda Constitucional 021/16. Não havendo quem queira discutir, passamos a votação. O Pánel está aberto. Ainda o Deputado Hermínio para discutir. O Deputado Hermínio quer discutir a emenda.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Senhor Presidente, o projeto, o projeto como um todo, ele foi discutido nas comissões e teve a relatoria do Deputado Jesuíno, que é o principal conhecedor aqui das questões da nossa Polícia Militar. Com certeza se está de acordo, é porque o projeto vem, traz resultado, traz benefício para tropa da Polícia Militar. A minha discussão maior aqui e a minha agora nesse momento é com relação a nossa emenda,

uma emenda que a gente apresentou no Projeto de Emenda Constitucional do Governo. Eu estou sem óculos e peguei o óculo, pedir o óculo emprestado aqui do Deputado Só Na Bença, mas eu fiquei mais cego ainda. Eu queria, eu não sei se eu consigo ler sem o óculo aqui, ver o do Deputado Lebrão, eu acho que serve para mim.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O do Deputado Lebrão é bom, dar certo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu tenho óculos, mais eu esqueci em casa. Eu vou tentar ler aqui a Emenda que a gente incluiu, a emenda ao Projeto de Emenda Constitucional do Executivo. Essa emenda, ela traz, ela beneficia principalmente os trabalhadores, os servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que foram demitidos por algum motivo da Polícia Militar, que foram excluídos da Polícia Militar de forma, sem o devido processo legal, ou por movimento grevista, ou por falar alguma coisa que alguém não gostou e demitiu esses trabalhadores sem a devida justa causa. E a intenção nossa, é que esses trabalhadores sejam incluídos para que tenham o benefício, principalmente os mais antigos, que venham a reintegrar o quadro da Polícia Militar e que possa ir dependendo do tempo, que possa ir até para o quadro da União, como todos de 90 ou 89 para trás, muitos já conseguiram e outros estão sendo encaminhados para ir. Eu vou ler a nossa proposta que é o seguinte; nós estamos apresentando essa emenda, a Proposta de Emenda Constitucional 021/16, entendemos pertinente inserir no texto constitucional essa redação e desta forma entender também a anistia aos servidores públicos militares, a exemplo, do que ocorre com os servidores públicos da administração direta e indireta, autarquia fundacional, conforme disposto no artigo 3º das disposições constitucionais transitórias da Constituição Estadual. Os Servidores públicos militares, pela própria natureza do cargo, muitas vezes sofrem uma forte pressão psicológica no dia a dia. Isso aqui, eu estou falando a questão da justificativa. Não vou ler a justificativa, eu vou ler o texto, o texto da emenda. Ementa a Proposta de Emenda Constitucional: acrescenta o dispositivo e altera a ementa de Proposta Constitucional 021/16 do Poder Executivo. 1 – A emenda da Proposta Constitucional 021, de 23 de agosto de 2016 de autoria do Poder Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação: Altera e revoga e acrescenta dispositivo a Constituição do Estado de Rondônia.

2 – Fica acrescentado na Proposta de Emenda Constitucional 021, de 23 de agosto de 2016 o artigo que acrescenta o § 15 e o inciso I, ao artigo 24 da Constituição do Estado de Rondônia, com a seguinte redação: Artigo 24, § 15, ficam anistiados todos os Atos, Sindicâncias, Processos Administrativos, ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar qualquer espécie de punição aos servidores públicos militares, em razão da participação em movimentos de caráter reivindicatórios ou de manifestação de pensamentos, bem como os que foram demitidos, licenciados e excluídos sem ter o devido processo legal de ampla defesa e o contraditório até que a promulgação desta emenda entra em vigor, fica vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo. O que a gente quer dizer aqui? Que o Estado, reintegraria esses servidores principalmente os mais antigos, eles iam buscar a transferência para a União, à transposição para a União e no caso, não teria nenhum processo Doutor Ribamar, de indenização, não ia ter custo nenhum para o Estado. O Estado ia rever injustiças que fez com muitos trabalhadores, que muitos trabalhadores foram realmente demitidos e excluídos do

quadro por sacanagem mesmo, por governos que não tinham nenhum compromisso com esses trabalhadores e por motivos simples excluíram esses trabalhadores, e não deram o direito, o direito devido direito de defesa no processo. Essa emenda é exatamente para isso, para a gente reverter às injustiças que teve com muitos trabalhadores, são mais de duzentos, e que não vai causar nenhum prejuízo para o Estado. Eu espero que sendo aprovada, a Casa promulga, entra em vigor, não tem Sessão ou Veto do Executivo, e que o Estado cumpra e que não entre com ação de inconstitucionalidade contra a nossa emenda que é exatamente para reparar a injustiça que foram feitas por centenas de pais de família aqui no nosso Estado. Era isso, peço os votos dos companheiros aí para que seja aprovado também a nossa emenda aí junto com a PEC 21. Obrigado a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, só para discutir rapidamente. Primeiro lugar novamente cumprimentar todos os policiais militares o qual eu tenho a honra de poder cumprimentar e dizer que está presente aqui também, me traz satisfação. A título de informação para todos os policiais militares, diversas ações, nós já fizemos aqui no âmbito da Polícia Militar em defesa do policial e Bombeiro Militar, mais de dois milhões duzentos e setenta e um mil reais, foram encaminhados para a Polícia Militar como, por exemplo, aquisições de Guinchos, Aparentes de Raios-X, Equipamento Odontológico, Material Odontológico, Mobília Odontológica, Aquisição de Veículo de Furgão, Aquisição de Compressores Odontológicos, Cadeiras, Ônibus do Colégio Tiradentes, bens permanentes para o 1º Batalhão, reforma e ampliação no Alojamento do 1º Batalhão, Trator e Cortador para o 2º Batalhão de Ji-Paraná, materiais de consultório odontológico, Quartel do Vale do Anari, Centro de Ressocialização de Vilhena, Medalhas para a Polícia de Trânsito, Copa Patrulha Escolar, Federação Sete Futebol Campeonato PMBM, Guarda Mirim, Guarda Mirim de Ariquemes, Reestruturação do 5º Batalhão, Projeto Dó-Ré-Mi, Remanejamento para Micro Ônibus da Banda de Música, Reforma do Prédio da Diretoria de Ensino, Bens Permanentes do 1º BPM, e reforma também do BPM. Várias ações nós fizemos isso é uma breve prestação de contas nas nossas ações. Hoje nós temos a Lei 382/16, que dispõe sobre o horário especial de trabalho de Policial e Bombeiro Militar, Lei 3656, institui o Dia do Policial e Bombeiro Militar da Reserva, Emenda Constitucional 108, acrescenta o parágrafo 14º do artigo 24 da Constituição Estadual quanto a questão do acúmulo de função, Lei 3837, que altera a Lei 1630 sobre a questão da meia entrada, Emenda ao Projeto de Lei que dá nova redação sobre a folga do servidor público estadual e civil efetuarem doação de sangue será aprovado hoje também. Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, a questão da concessão da isenção de ICMS, essas foram algumas mediadas. Então, eu não tive a oportunidade até o presente momento de estar presente, eu falo sempre, o Comando eu peço ao Comando que nós iremos passar nos oito batalhões bem como as demais unidades, visitando e conversando, tendo esse contato com os policiais militares que isso é importante, como eu falei ao próprio Comando da Polícia Militar. Essa emenda foi trabalhada junto com o Presidente Maurão, junto com os demais parlamentares que aqui se encontravam que era uma briga direitos nossos que poderiam ser suprimidos, que poderiam ser retirados através do nosso mandato. Nós estamos aqui lutando de forma árdua, de forma coerente dentro de um preceito republicando. E por isso que eu digo para vocês, enquanto eu estiver aqui presente estarei em defesa na luta sempre em prol dessa categoria, que eu sei,

eu estive na rua, trabalhei serviço operacional de rua a RP, e sei também como é carregar a farda. Então, assim nesta tarde novamente eu me sinto honrado em poder estar presente e justificar para os senhores as nossas ações e atuações em defesa da polícia. Como disse a deputada Lúcia Tereza, senhores e senhoras e jovens e idosos que se encontram presentes nesta Casa era isso que eu queria falar para vocês. E obrigado de coração por vocês acreditarem na gente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito bem deputado Jesuíno pela sua prestação de contas no momento oportuno e nós somos testemunhas, e nós somos testemunhas, principalmente eu que estou aqui a cinco mandatos e sei o quanto Vossa Excelência tem trabalhado, defendido a categoria. Nós tivemos vários colegas eleitos, representante deputado da categoria nesta Casa e eu sei que muitos deles se esforçaram, tentaram ajudar a categoria, mas não conseguiram o sucesso que Vossa Excelência conseguiu já nesses dois anos, nem dois anos completamos ainda. Mas eu tenho certeza que nestes dois anos pelo que eu conheço desta Casa e eu tenho certeza que todos vocês que são policiais que estão neste plenário, são testemunha do trabalho do deputado Jesuíno, que ele tem conquistado durante este ano e dez meses de trabalho nesta Casa, eu tenho certeza que superou a todos que passaram por aqui como deputado representante da vossa categoria. Então parabéns deputado Jesuíno, Vossa Excelência tem feito um grande mandato e representado com certeza dando orgulho a vossa categoria que o elegeu.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente Questão de Ordem? Eu queria Presidente Maurão, eu queria primeiro também eu queria deixar aqui nesta tribuna hoje nesta tarde, dizer o seguinte: a gente tem um carinho muito grande pela Polícia Militar e pelo os trabalhadores bombeiros, nossos policiais PM, bombeiros. E nós que a nossa tropa nos últimos anos a gente vem ficando menor, o Estado não dá condição, não dá condição nem de trabalho e nem salários também para que os nossos policiais militares prestem o serviço com dignidade e atenda também a população. Nós sabemos que o Estado de Rondônia hoje, Maurão, virou um faroeste; aqui mata um, mata um hoje a amarra para o outro dia não, mata um agora e já amarra outro para daqui a alguns minutos, isso de Guajará-Mirim a Vilhena. Aqui na nossa zona leste, zona sul o trabalhador, o pai de família não manda mais em nada, quem manda é a vagabundagem, quem manda é a malandragem, é os moleques que ficam aterrorizando a comunidade todas as horas. E o Estado Maurão, e o Estado não dá condição. Ontem mesmo estava sendo discutindo aqui uma discussão de contratar civil para ocupar o lugar dos policiais militares que trabalham internamente. E tem oitocentos trabalhadores aprovados em concurso público e o Estado não chama. Por isso antes, isso é uma preocupação eu digo isso por que convivo no dia a dia com a Polícia Militar, antes os trabalhadores da Polícia Militar tinham orgulho da farda, hoje não tem mais esse orgulho todo. Por que muitas vezes até dentro do próprio Comando qualquer ato. Hoje se um policial der um trisco num vagabundo quem sofre as consequências é o policial. Por isso a gente tem que inverter deputado Jesuíno nós temos que inverter esta situação e o Estado precisa de mais, sempre precisou e principalmente agora nesses tempos aí sombrios, onde a violência aumenta a cada hora e cada dia. Precisamos de uma Polícia mais motivada, mais incentivada e mais condição de trabalho, deputado Luizinho para combater por que

nós estamos perdendo, nós estamos perdendo essa guerra. Hoje o crime neste Estado está ganhando das autoridades do Estado. E também mandar um recado aqui para o Governo Confúcio, dizer que a Polícia Civil também faz parte da nossa segurança pública de Rondônia e que está sendo sacaneada por esse Governo desde o ano passado. Enrolaram os trabalhadores da Polícia Civil dizendo que ia mandar o plano para eles, os deputados aqui se comprometeram até em trancar a pauta e não mandaram nada, estão brincando com a Polícia Civil. Município de Rondônia tipo Itapuã e vários municípios de Rondônia não tem um policial civil, se precisar de um policial civil em Itapuã tem que vir buscar um companheiro aqui em Porto Velho para poder fazer o trabalho lá de, como é que chama, de perícia ou coisa parecida. É como eu te falei, é uma vergonha, infelizmente o Estado está deixando a nossa segurança pública, está diminuindo a nossa segurança pública e por que isso temos que investir muito mais. Essa PEC é um avanço, mas ainda é pouco para o que essa tropa merece, para que esses trabalhadores mereçam para prestar um serviço maior e melhor para a nossa população. Era isso, e eu espero Emerson Castro, Confúcio Moura, que mande urgente para cá o projeto de Plano de Cargos, Carreira e Salários dos trabalhadores da Polícia Civil.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Léo Moraes com a palavra.

O SR. LÉO MORAES – Gostaria de desejar uma boa tarde a todas as pessoas; cumprimentar o nosso Presidente Deputado Maurão de Carvalho; cumprimentar todos os deputados em nome da liderança do PMDB Deputado Jean Oliveira; cumprimentar a todos bravos guerreiros, abnegados profissionais, a sociedade civil também que se encontra lotando a galeria do nosso plenário, sejam todos bem-vindos. Gostaria de brevemente tecer alguns comentários acerca do projeto em tela da discussão, mas sem antes não poderia deixar de cumprimentar também a todos os profissionais, a imprensa, a todos os servidores desta Casa, e parabenizar de alguma maneira Deputado Jesuíno Boabaid pela militância, pelo engajamento, pela vontade e perseverança, e também de alguma maneira também cumprimentar o Estado, afinal estão pagando uma dívida histórica em relação a Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros em relação a integralidade, a paridade, afinal nós sabemos que a Polícia Militar tem um regime castrense, tem um regime que é militar e é distinto do servidor comum, do servidor tradicional entendido a sociedade e por conta disso sempre teve ônus e prejuízo no que diz respeito às leis e também a integralidade, a paridade, e nesse momento os azulões e também os bombeiros conseguem equiparar no patamar, no apogeu do respeito e da dignidade aos servidores públicos. Contem sempre com esta Casa de leis, com todos os deputados, que afinal aqui, Coronel Chianca também dos Bombeiros, aqui é o local de realmente nós ouvirmos as demandas populares, as discussões de classes e minimizar tudo que vocês sofrem no dia a dia, afinal também tenho origem na segurança pública e eu sei que vocês acima de qualquer coisa são polícia, fazem polícia porque amam e quando vocês tem um incentivo e quando vocês tem o reconhecimento vocês farão muito melhor para a nossa sociedade. Eu tenho certeza que ano que vem, na verdade este ano e ano que vem cada vez mais Porto Velho vai precisar de vocês para que a gente possa diminuir a sensação de insegurança. Contem conosco, parabéns pela integralidade, pela paridade, fiquem com Deus e vamos adiante. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Léo Moraes.

O SR. LAERTE GOMES – Ainda estamos para discutir, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Laerte, líder, só fazer uma justificativa aqui, eu sei que V. Ex^a deve fazer como líder do Governo, mas quando o Deputado Hermínio falou da necessidade e da importância da nossa Polícia Militar, da Polícia Civil e das necessidades Deputado Hermínio, que a polícia tem no dia a dia e sempre teve. Desde que nós entendemos por rondoniense a nossa polícia sempre teve necessidades e hoje a Polícia Civil está muito defasada, com certeza é preciso o Governo voltar a retomar, discutir o projeto que vem atender a categoria. Mas neste momento entendemos também que o Governo foi importante mandar o projeto de lei para estarmos aqui votando, alterando, discutindo, nós estamos votando aqui com total apoio do Governo do Estado, então com certeza também nós não podemos deixar de fazer o agradecimento ao Governo do Estado entendendo a importância, Deputado Jesuíno, eu sei o quanto V. Ex^a trabalhou e esta Casa trabalhou para que este projeto pudesse hoje estar em pauta e votando neste momento. Então fica aqui o nosso reconhecimento também por parte do Governo do Estado por entender a importância deste projeto para toda a categoria. Era isso. Com a palavra o Deputado Laerte Gomes, líder do Governo nesta Casa.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizar o Deputado Jesuíno Boabaid pelo trabalho que teve e pela sua luta junto ao Governo do Estado, junto à Casa Civil, junto ao Comando da Polícia Militar para que este projeto fosse elaborado e encaminhado a esta Casa. É importante dizer, Presidente, e dizer aqui aos nossos policiais militares que estão aqui hoje marcando presença e ansiosamente estavam esperando que este projeto viesse a pauta para ser votado, é importante salientar que este projeto é de autoria do Governo do Estado e, aliás, vou dizer mais, todos os avanços, Deputado Jesuíno, que V. Ex^a conseguiu ao longo desses dois anos aqui nesta Casa foram negociados, mas quem enviou esses projetos através da sua luta, logicamente, e todos nós aqui reconhecemos isso, mas foram projetos de autoria do Governo do Estado, do atual Governador Confúcio Moura, que encaminhou para esta Casa, que sempre foi votado por unanimidade. Nós não podemos aqui dizer que o Governo não tem se preocupado com a Polícia Militar, não tem atendido as demandas, que através do vosso mandato, como representante da classe tem trazido ao Governo e tem chegado a esta Casa. Isso é bom ser colocado, porque senão, daqui a pouco, pensa que o Governo não está nem aí. Não, muito pelo contrário, a orientação do Governo não só de ter enviado o Projeto para cá, e eu quero aqui ressaltar o Chefe da Casa Civil, que eu estive com a Vossa Excelência, junto com ele, para nós fecharmos esse projeto para hoje todos vocês estarem aqui, e nós aqui votando, para ser encaminhado, Deputado Cleiton Roque, para esta Casa, através do comando do Governador Confúcio Moura. Não é diferente também, o Deputado Hermínio tem razão, no que diz respeito à questão da Polícia Civil, mas o Governo está conversando, essa semana mesmo participei de uma reunião com o Sindicato, com o SINSEPOL, na Casa Civil. Estamos avançando já, para até novembro ser encaminhado aqui o PCCR da Polícia Civil. Dizer também, atra-

vés de todos os Deputados, logicamente aqui trabalhando. Dizer também, Presidente Maurão, que o projeto foi enviado, existe a emenda do Deputado Hermínio, que não estava no esboço do Projeto. O Deputado Hermínio colocou a emenda, eu gostaria até que o Deputado Hermínio ou o Deputado Jesuíno, que tem conhecimento, nos passasse quais os policiais que vão ser beneficiados com essa anistia, o volume, o número aproximado. Porque são servidores novos que vão entrar no Estado, é importante nós... Para votar, Deputado Lebrão, nós sabemos disso, nós sabemos desses dados. E dizer também, Deputado Jesuíno, que com certeza o Governo também hoje fica satisfeito com a votação desse projeto. Nós temos que reconhecer, e eu concordo plenamente com o que o Deputado Hermínio disse, quando há defasagem, e há, Deputado Hermínio, há defasagem de quadro de pessoal, há defasagem de salário. Mas nós temos que reconhecer também o que o Brasil está vivendo. Nós temos acompanhado através, Deputado Lebrão, dos noticiários do Brasil inteiro, Estados que policiais militares estão há três meses sem receber, como é o caso do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outros Estados. Não só policiais, Deputada Lúcia, servidores. Temos que reconhecer também o esforço que está sendo feito aqui em Rondônia para ter os salários em dia e as obrigações em dia. Há de se melhorar, Deputado Hermínio? Vossa Excelência tem razão, há de se melhorar, mas o que nós estamos vivenciando hoje, o que nós estamos vivenciando hoje no Brasil não é fácil. Tanto que está se votando uma PEC, uns concordam, outros não concordam, a PEC 241, se não me falha a memória, dando um balizamento nisso, Deputado Lebrão, dando um balizamento nisso. O Brasil vive, o Brasil vive um momento muito difícil, e nós temos que ter responsabilidade, Deputado Adelino, esta é a palavra. Mas dizer, Deputado Jesuíno, que eu fico feliz hoje, de Vossa Excelência estar dando mais um passo, mais um passo do seu mandato. Com certeza, alcançando mais um dos objetivos que Vossa Excelência traçou aqui quando chegou nesta Casa. Pude acompanhar a sua luta, pude acompanhar sua batalha, não só eu como todos os nossos colegas aí, todos os nossos colegas. E o encaminhamento hoje do Governo é votar a favor do projeto, até por que o Governo mandou o projeto para atender o seu pedido, mas principalmente para atender a Corporação da Polícia Militar, que esse projeto com certeza deve beneficiar, Deputado Jean, mais de 5 mil policiais aí, acredito que é esse número, mais ou menos, Deputado Jesuíno, no Estado de Rondônia, que bravamente fazem a segurança de toda a população deste Estado. Então, eu queria só colocar isso, Deputado Hermínio e Deputado Jesuíno, só para colocar a importância disso, que nós temos aqui que ser justos com todos aqueles atores que participaram deste momento, deste projeto, intensamente, como Vossa Excelência, como a Casa Civil, como o Governo do Estado.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deputado Hermínio, antes que Vossa Excelência... Só para continuar na mesma linha de raciocínio do Deputado Laerte, que é o líder do Governo aqui da Casa. Eu só queria dizer o seguinte, Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, hoje, nós estamos fazendo aqui uma justiça em algo que por muito tempo perdurou de forma incorreta e que hoje se regulamenta de maneira certa, correta com a aprovação do Governo do Estado, que tem que ser lembrado. Porque fazer justiça e ser justo, como disse o Deputado líder Laerte Gomes, nós temos que entender que isso teve o consenso do Governo. Nós não podemos aqui, Deputado Hermínio, chegar ao momento de comemoração de todos esses lutadores, que são os policiais militares, que são pessoas aguerridas, que lutam pela

segurança pública, e a gente desfazer esse festejo jogando areia, de repente, no próprio Governo do Estado. Eu não concordo e sabe por que Deputado Hermínio, e eu quero falar isso para todos os policiais militares. O Chefe da Casa Civil e o Governador Confúcio Moura, ligou para sua bancada, mobilizou a bancada, para que estivesse hoje aqui, para estar dando essa votação de 21 a favor dos policiais militares. Então é um reconhecimento para essa tropa, que tem mobilizado a segurança deste Estado fazendo aqui, através desse projeto, dessa PEC, desse Projeto de Emenda Constitucional, se tornando emenda a partir dessa votação, uma justiça a esses servidores bravos da Segurança Pública. Então nós não podemos chegar aqui, de repente, Deputado Jesuíno, Vossa Excelência que é oriundo da categoria dos policiais militares, não reconhecer o trabalho que o Governador tem perante a Polícia Militar. Evidentemente, como disse o Deputado Laerte, nós estamos vivendo num País com crise econômica, com crise política. Isso tudo afeta os Estados e os municípios, mas o Estado de Rondônia cortou na própria carne, economizou recurso para poder, hoje, conseguir gerenciar a máquina pública e está fazendo uma série de reconhecimentos. É óbvio que muito precisa ser melhorado, mas nós estamos no caminho correto e o Governador tem feito justiça social perante o servidor público do Estado. Era isso que eu queria dizer, Deputado Hermínio, e discordar, numa festa maravilhosa a gente jogar areia quando, na verdade, o Governador é participante dessa festa, é sim responsável também por essa isonomia e essa paridade que hoje os policiais recebem de forma honrosa. Muito obrigado.

(Às 17 horas e 03 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Sr. Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria dizer, pelo jeito, eu não entendi nada que Vossa Excelência falou aí. Eu não falei nada. Agora, Vossa Excelência quer impedir de eu criticar o governo? Vossa Excelência quer que eu diga que o povo está satisfeito, que tem segurança à vontade, neste Estado? Isso eu não vou dizer nunca.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Hermínio, impedir, eu não vou lhe impedir. O senhor tem mandato e tem voz.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, é lógico, eu posso.

O SR. JEAN OLIVEIRA – É democracia. Mas eu não acho justo. Se a gente está falando de justiça social, e a gente também tem que ser justo. É isso que eu disse. E ser justo é reconhecer o trabalho dos demais. Não é achar, só apontar os erros e também os acertos. É isso que eu quis dizer.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mas eu sou favorável. Eu sou favorável, eu votei e vou votar a favor do projeto. Eu não estou aqui, em momento algum, colocando isso. Eu estou colocando outras coisas. Que a nossa Polícia Militar merece muito mais, e como a Civil também merece.

O SR. CLEITON ROQUE – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Fala Deputado Cleiton.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado, Presidente Hermínio. Só aproveitar este momento para fazer justiça. Reconhecer de

fato os principais atores para que este momento tivesse chegado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos garantir a fala do nosso Deputado Cleiton, Deputado Jesuíno também e o nosso Deputado Dr. Neidson que tem aí a Questão de Ordem aí, para discutir o projeto.

O SR. CLEITON ROQUE – Viu Presidente, só para nós fazermos justiça. É um momento importante, é a votação de um projeto que levou vários dias de diálogo, discussão, de embates e é um momento importante, como bem disse aqui o líder do governo, Deputado Laerte Gomes, Deputado Jean Oliveira, Vossa Excelência também. O projeto está aqui porque é o momento em que a Assembleia dialoga com o Executivo. E na Assembleia, aqui nesta Casa, a Polícia Militar, as forças de segurança têm representantes à altura. E aqui eu quero fazer justiça a um dos grandes Deputados desta Casa, neste mandato, que é o Deputado Jesuíno Boabaid, que de fato ele foi o grande intermediador desta Casa aqui, junto com Vossa Excelência, junto com outros Deputados Estaduais também, mas ele tomando à frente, ele cobrando do Executivo. Todas as demais matérias que nós votamos aqui nesta Casa, é importante frisar isso aí, estava a discussão da PEC da PM. O Deputado Jesuíno trazia à tona 'como fica a PEC da PM?'. Tinha um compromisso do Executivo, do Governo do Estado, da Chefia da Casa Civil para a gente poder concluir essa discussão até o final de agosto. Por questões, se estendeu o prazo e nós estamos aqui, nos primeiros dias de outubro, votando essa matéria que a gente corrige um direito que vocês tinham anteriormente e que por decisão até mesmo de governo, decisão do Poder Judiciário, colocou em xeque essa situação toda e aí, numa grande intervenção do Deputado Jesuíno Boabaid essa matéria vai ser votada hoje aqui. Não tenho dúvida que será aprovada e aí, Deputado Jesuíno, lhe parabenizar pela ação, parabenizar pelo empenho, ao mesmo tempo também, parabenizar o Governador do Estado. O Governador Confúcio que permitiu que a equipe técnica, a equipe da Secretaria de Segurança Pública, a equipe da Casa Civil pudesse fazer esse entendimento. Quando há diálogo, quando há boa vontade chega-se a um denominador comum e chega-se à solução de um problema, como de fato estará acontecendo hoje no plenário desta Casa. Então eu, aqui na qualidade de base aliada do governo, porém reconhecendo a importância do Deputado Jesuíno nesta Casa, pela votação dessa matéria que é a PEC da PM corrigindo esse problema que estava ocorrendo, que é um direito de todos vocês. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só quero parabenizar aqui o Deputado Jesuíno Boabaid, Presidente da Comissão de Segurança Pública, Vossa Excelência e parabenizar aqui principalmente os policiais militares e bombeiros militares que estão aqui presentes hoje. Porque nós temos, apesar das dificuldades que temos na Segurança Pública hoje, esses policiais aqui, que estão presentes e muitos outros também, vêm realizando seu trabalho arduamente e tirando esses marginais das ruas. Infelizmente nós temos hoje um tal de Termo Circunstanciado que, às vezes, a Polícia Militar. Nós tivemos muitos desses exemplos, Deputado Jesuíno, lá em Guajará-Mirim, no qual tivemos a morte do senhor Márcio Menacho, que o meliante que tirou a vida desse pai de família, ele tinha sido preso, tinha sido detido e por um tal de Termo Circunstanciado

diziam que esse meliante não tinha risco para a população e posteriormente veio com o homicídio, roubo seguido de homicídio da outra população.

Então, quero parabenizar os Policiais Militares que até com essa dificuldade que vocês têm de estrutura física, de efetivo baixo, vem realizando o seu trabalho, tanto que prenderam esse meliante até no próximo dia às 06h00, já sabiam onde estava, mas esperaram para que possam ter realizado o flagrante.

Parabéns a todos vocês e parabéns pelo direito adquirido de vocês.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem Sr. Presidente?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputados, eu vou respeitar a idade aqui, o mais velho, com a palavra.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria só de parabenizar o Deputado Jesuíno, dizer que não é só aqui no Plenário, mas na Comissão de Redação e Justiça nós temos o prazer de estar sempre somando com qualquer conquista dos policiais militares e parabenizar o Governo do Estado que mandou, não é muita coisa não, é só manter o que já tem.

Então, o Governo do Estado reconheceu um direito que vocês já têm e nós estamos só homologando esse direito, na realidade não está dando nada, está só confirmando o que já tem. Então, para nós é um prazer parabenizar todos vocês aqui presentes pelo trabalho que vocês fazem no Estado de Rondônia, com certeza hoje, com essa crise da Polícia Civil também, a Polícia Militar segurou as pontas, com certeza, vocês são heróis. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Luizinho, com a palavra.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, Nobres Pares, só quero registrar que o histórico do Estado de Rondônia e eu ouvia no início das palavras Deputado que falou de que o Estado de Rondônia sempre era visto de uma forma negativa, mas mesmo, naqueles momentos difíceis do nosso Estado, visto de uma forma negativa nós sempre tivemos a honra de saber que a nossa Polícia Militar do Estado de Rondônia era uma polícia honrada, reconhecida como uma das polícias mais honestas do nosso País, e isso nos alegra, nos engrandece, mas principalmente, nos dá segurança. Pela situação vivida no País em nosso Estado com a crise, a falta de trabalho, com o baixo nível de educação automaticamente a criminalidade aumenta, a nossa população cresce e o nosso efetivo militar diminui, isso faz com que os nossos honrosos militares têm que se desdobrar e se fazer o máximo exatamente para trazer segurança para a nossa população. Quero citar um exemplo da minha cidade de Vilhena, uma cidade pacata até poucos anos, nós há 06 anos o maior índice de homicídios em um ano chegou a 11, porque aconteceu uma chacina que foram mortas 05 pessoas de uma só vez, assassinadas 05 pessoas de uma só vez, 11. Nós já chegamos a mais de 60 no ano passado e pelo que se anda até o momento este ano vai ultrapassar esse triste número e mesmo assim, e mesmo assim, com baixo efetivo, com alto índice de criminalidade nós nos sentimos seguros pelos cui-

dados dos nossos militares rondonianos e é por isso que todas as vezes que vir uma causa que beneficie cada um de vocês, nossos militares vocês podem ter a grande certeza que não só o Deputado Luizinho, mas como todo este Parlamento nós sempre estaremos ombreado com vocês da mesma forma que vocês andam ombreados com a sociedade rondoniense. E quero registrar aqui também um fato Deputado Jesuíno e que para nós que vamos para a disputas eleitorais vamos para o voto e que muitas vezes um voto nos deixa Deputado ou nos tira fora de ser Deputado um voto, e eu sempre tive o privilégio de ter muitos votos dentro da família Polícia Militar e Bombeiro do Estado de Rondônia, mas temos que reconhecer aqui que a presença, a eleição, o mandato do Deputado Jesuíno, um militar de coração e de paixão tem ajudado muito a categoria, porque eu sempre fui um Deputado atuante, um Deputado que leio, que estudo e que analiso todas as leis, mas mesmo assim, na grande maioria dos setores a gente é leigo e é nesse momento que o militar Jesuíno Boabaid, Deputado Estadual que representa a classe da Polícia Militar e Bombeiro do Estado de Rondônia está presente para nos trazer a segurança legislativa para contemplar a nossa Polícia.

Então, parabéns a polícia e parabéns a Vossa Excelência Deputado Jesuíno, muito obrigado, que Deus abençoe a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para finalizar as discussões, em primeiro lugar agradecer a todos os Deputados, cumprimentar o Subcomandante Clairton que se encontra no recinto, o Cel. Rodrigues, e dizer a pergunta do Deputado Laerte, que a anistia ela vai ser estendida a todos os Policiais Militares que participaram dos Movimentos Paredistas bem como os que foram licenciados, emitidos, excluídos, sem o devido processo legal, detalhe: “fica vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo, ou seja, o militar que se beneficiará dessa emenda não terá nenhum retroativo. Apenas a corporação, as devidas corporações sejam Bombeiro e Policial, irá novamente reintegrar os militares que foram demitidos na forma que foi lida a emenda do Deputado Hermínio Coelho, que certamente senhores, como foi bem dito, essa garantia constitucional dos senhores apenas dar uma diferença que por muitos anos os militares carregam; os militares não tem direito a FGTS, a insalubridade, periculosidade, risco de vida, não pode se filiar a um partido político, não pode ter um sindicato, não pode manifestar o seu pensamento, tem diversas restrições legislativas. E com isso, nós estamos garantindo apenas um direito, um direito que o militar quando for na inatividade irá receber o seu soldo no integral e a paridade na sua inatividade, ou seja, ele vai ter o benefício de qualquer aumento ser estendido ao inativo. Estamos lutando muito à frente aqui do Parlamento, junto com todos os Deputados, como os senhores estão presentes, todos aqui são a favor sim da classe militar, ao trabalhador, ao servidor público e qualquer projeto que nós estamos discutindo aqui, se tratando de servidor público, ele é passado de uma forma célere nas comissões. Quero justificar também, que a emenda quando é constitucional, ela tem um rito constitucional, por isso de três sessões para que possamos colocar ela em discussão no plenário. Então, é assim, eu sei da angústia e da fala do Deputado Hermínio, que nós estamos vivenciando sim muitas delegacias passando por questões de sucateamento mesmo, estão em condições totalmente insalubres, bem como outros locais aonde os trabalhadores labu-

tam. Mas, hoje é dia de festa, hoje é dia de comemoração e certamente senhores, nós estamos fazendo justiça, através do nosso mandato quero aqui deixar claro, esse mandato não é do Deputado Jesuíno Boabaid, é da Polícia e do Bombeiro Militar e quando os senhores tiverem consciência de que nós não podemos perder de forma alguma essa cadeira; a Polícia Militar sempre vai ter direito, como também irá buscar mais garantias. Tive 6.890 votos, vários candidatos eleitos a Deputados, tiveram 10.000 votos, ficaram fora dessa cadeira e com isso eu volto a falar, nós temos que ter representatividade política e porquê que eu digo isso Presidente Hermínio? Por muitas vezes eu tomei chá de banco no Governo, tomei chá de banco na própria Assembleia, porque não tinha mandato, não tinha mandato e a representatividade política é isso, é você poder falar de forma paritária com o Governo, com o Secretário ou qualquer autoridade de Estado, é poder você fazer uso da palavra nessa tribuna, é poder você representar de forma legítima os seus representados. É essa forma que os senhores têm que ter consciência, não pode nem ter gostado ou gostar de alguns, mais nós temos que focar, temos que ter um representante, seja na Câmara Municipal, seja no Estadual, Federal e quem sabe um dia, chegará um dia que um chegará ao cargo máximo, ao Executivo Estadual, esse é um sonho desse que vos fala e quem sabe também ser um Senador da República. Muito obrigado a todos novamente e boa tarde.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Antes de proclamar aqui o resultado, eu só queria só, quando a gente apresentou esta emenda, esta emenda que a gente apresentou à Emenda Constitucional do Governo, a PEC 021, foi fruto de uma discussão com a Associação...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Dos que foram demitidos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Os trabalhadores que foram demitidos, junto com o Deputado Jesuíno...

O SR. JESUÍNO BOABAID – “ASPOMIM”, não é isso?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – “ASPOMIM”, uma coisa parecida assim, é meio esquisito o nome. Foi furto dessa discussão e quando a gente tirou o retroativo, que tinha obrigação do Governo pagar o retroativo, é exatamente para o Governo, ver se o governo cumpre. Porque o que é que os trabalhadores querem? Que o Governo encaminhe, aceite de volta, reintegre os trabalhadores e já encaminhe para o quadro nacional, para transposição. Porque se a gente colocasse obrigando o Governo a cumprir, a pagar o retroativo, com certeza ele não ia cumprir, ele ia entrar com ação de inconstitucionalidade e para nós os trabalhadores querem isso; querem voltar ao direito que tem de ser servidor do Estado e também garantir o direito de ser transporte para União. Encerrada as discussões e a votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente

- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 21 votos favoráveis, está aprovado em primeiro turno o Projeto de Emenda à Constituição do Estado, PEC 021 em primeira votação. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora, que seja agendada uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO, para discutirmos sobre a obra do linhão da 429 em Alvorada do Oeste/RO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o requerimento do nobre Deputado Laerte Gomes.

Dizer para todos vocês que a segunda votação, vai ser logo em seguida e não tem mais discussão é rapidinho, é bom vocês não saírem porque quem sabe o trem não muda aqui, os Deputados fogem do plenário aqui e não vota, é bom vocês ficarem aqui. Daqui a cinco minutos a segunda votação.

O SR. LAERTE GOMES – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só para discutir o Requerimento. Isso foi uma solicitação de um grupo de Alvorada d'Oeste, que criou o movimento é Linhão Já, e solicitou que fosse feito essa Audiência. Inclusive, eu queria até, o Deputado Lebrão, está aqui para a gente fazer conjuntamente Deputado Lebrão, ao longo dos municípios da BR 429. Como existe aqui uma regulamentação na Casa, que as audiências tem que ser aqui dentro da Assembleia, não podem ser mais, está suspensa no interior, nós fazemos conjuntamente eu e Vossa Excelência aqui na Assembleia, aproveitar e trazer lá as lideranças da BR 429, e a gente tentar trazer a bancada Federal que é recurso federal e trazer a Eletrobras, Ministério das Minas Energias, porque já um Projeto já licitado no Estado senhor Presidente, desse Linhão e suspenso por falta de recurso financeiro. Então, eu

gostaria de também incluir aí essa questão para discutir, de colocar e a gente poder fazer Deputado Lebrão, conjuntamente aqui da 429, Audiência Pública aqui na Assembleia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não havendo mais quem queira discutir, em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, a necessidade de implantação de um posto policial na Linha 45, Vila Nova Samuel, no Município de Candeias do Jamari.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer a Mesa nos termos do parágrafo único do artigo 19 do Regimento Interno, seja dispensado Interstício Regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto da PEC 021/16, de autoria do Governo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Lebrão, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Encerrada a ordem do Dia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou passar aqui, tem uns inscritos aqui, eu vou passar por cima de todos eles aqui. Encerrado o Grande Expediente, não havendo Deputados inscritos, passamos as Comunicações de Liderança, também não há Deputados inscritos. Tem mais não vai falar, aqui é ditadura. Pedir aqui aos Deputados que queiram falar logo após da sessão, nós estamos pedindo para os Deputados que se escreveram, não usar o Expediente agora, para a gente chamar a segunda votação do Projeto. Sim, mas nós temos que encerrar a Sessão, tem que passar por esse tramite.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, os inscritos vão falar depois, os que estão inscritos?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, não vai falar mais ninguém agora, vamos encerrar a Sessão.

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência determinou, está determinado, Vossa Excelência mandou, eu vou acatar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Passamos as Comunicações de Lideranças, não há ninguém inscrito.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para apreciar em segunda discussão e votação o Projeto de Emenda Constitucional 021/16 do Executivo.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 22 minutos).

**ATA DA 53ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**

Em 11 de outubro de 2016

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS- 1º Vice-Presidente

JESUÍNO BOABAIID - Deputado

CLEITON ROQUE - Deputado

Secretariado pelo Sr.

LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 18 horas e 06 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PMDB) e Rosângela Donadon (PMDB),

DEPUTADOS AUSENTES: Airton Gurgacz (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR) e Saulo Moreira (PDT), Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sob a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 53ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata Sessão anterior, determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passamos a Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 117/16 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Altera dispositivo da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 117/16. Votação nominal o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim

- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 14 votos favoráveis está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID – Presidente eu queria que fosse lido na Ordem do Dia um requerimento de minha autoria que requer a criação de uma Comissão Temporária Especial destinada a investigar e apurar vazamento de radiação dos equipamentos de raio-X e tomografia do Hospital João Paulo II, no município de Porto Velho. Eu solicito que seja feita a leitura do requerimento. Estamos em outra Sessão e podemos fazer nova leitura Sr. Secretário.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está deferido, peço que seja incluído na Ordem do Dia o requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 438/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 124. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 438/16, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem Presidente?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu quero solicitar ou o meu tempo de líder de bancada que eu sou o único e tenho esse privilégio ou Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – No final então, vamos terminar de votar e aí vamos ceder a Questão de Ordem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Isso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem do Deputado Hermínio.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só registrar o meu voto favorável aquele anterior ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sim Deputado. Questão de Ordem ao Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Uma Questão de Ordem? Só registrar a presença aqui do meu companheiro, nosso amigo Maia, lá do Vale do Paraíso, meu amigo, é um pequeno empresário, empreendedor, um batalhador pela nossa cidade de Vale do Paraíso, obrigado Maia pela presença.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 468/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 164. Altera e acrescenta itens à Tabela A – Taxa de Serviço de Administração em Geral – Base de Cálculo UPF/RO, da Lei nº 222, de 25 de janeiro de 1989, que “Dispõe sobre taxas estaduais”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 468/16 em segunda discussão e votação. Em discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 480/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 175. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 79.614.383,00, em favor das Unidades Orçamentárias: Assembleia Legislativa – ALE, Tribunal de Contas do Estado – TCE; Tribunal de Justiça – TJ, Ministério Público – MP; Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE e Unidades Orçamentárias do Poder Executivo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 480/16. Em discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 489/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 187. Dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 865, de 22 de dezembro de 1999, que “Dispõe sobre a concessão de folga de servidor público estadual que efetuar doações de sangue”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 489/16. Em discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 490/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 188. Estabelece medidas compensatórias florestais para empreendimentos minerários localizados em área de Reserva legal e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 490/16. Em discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se en-

contram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer a criação de Comissão Temporária Especial destinada a investigar e apurar o vazamento de radiação de equipamentos de Raio-X e tomografia no Hospital João Paulo II, no município de Porto Velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o requerimento. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, está encerrada a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não há mais matérias. O Deputado Lazinho havia pedido uma Questão de Ordem, concedida Deputado Lazinho, com a palavra V. Ex^a.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Sr. Presidente, por me dar a oportunidade, embora o dia hoje foi bastante corrido e nós não tivemos a oportunidade de poder fazer o debate e é importante esse plenário estar tendo a oportunidade de poder fazer o diálogo e fazer as considerações. Nós gostaríamos neste momento de salientar e colocar neste plenário o nosso repúdio, o meu repúdio a alguns posicionamentos e algumas atitudes do Governo Federal para com o povo brasileiro. Não podia passar em branco de colocar que o novo modelo de Governo para o Brasil é um modelo de Governo que de forma nenhuma prioriza o trabalhador e prioriza o pobre. Ao longo desses poucos dias de ações do Governo Federal, nós tivemos a venda do Pré-Sal já em 25% tirando dinheiro da saúde e da educação e a gente não vê ninguém reclamar. Nós tivemos a retirada de R\$ 170 milhões de reais dos programas federais, principalmente do PAE e o PNAE que são programas de geração de renda para o campo e que leva a nossa merenda escolar, que leva ao hospital, que leva à escola aquilo que nós nunca tivemos que é uma alimentação saudável para o nosso filho. E na primeira tirada do governo que está aí foram R\$ 170 milhões de reais retirados, e, aqui no Estado de Rondônia os programas do Governo Federal de geração de renda e da merenda escolar, que é principalmente o PAA está paralisado, com a assinatura de nenhum contrato para este ano. Também retirados recursos dos programas ligados a educação, Deputado Cleiton Roque. Outro dia nós tivemos aqui na última Sessão um grupo de estudantes reclamando do recurso que foi retirado do FIES, e digo que esse recurso retirado do FIES não é porque falta recurso no Governo Federal, é porque o modelo de Governo implantado por esse povo que hoje governa o País é o modelo que não prioriza o filho do pobre e não prioriza o trabalhador. Programa federal que trata das outras bolsas de estudos para os nossos pobres filhos também foi retirado e a juventude começa a ser penalizada. E por último agora a PEC 241, e aí eu quero trazer

e dizer que a PEC 241 é o maior afronto as conquistas das políticas sociais do nosso País, é o maior afronto a classe trabalhadora, a PEC 241 retira os direitos que os trabalhadores conquistaram no passado. Levando em consideração o salário mínimo, Deputado Laerte, que hoje o seu governo dá apoio, o salário mínimo que nesses últimos anos teve aumento real acima da inflação, se estivesse sendo tratado da forma como a PEC vai tratar de agora para frente nós teríamos um salário mínimo de no máximo R\$ 530 reais, essa é a perspectiva. E a alegação do Governo para essa PEC, Deputados, é que o Brasil deve muito, que agora tem que sanar as dívidas do Brasil porque a dívida pública é muito alta. Eu quero só informar que a dívida pública brasileira hoje está em 69% do PIB, a dívida pública dos Estados Unidos é de 104% do PIB, a dívida pública do Japão é de 229% do PIB, e que essa dívida pública brasileira não é uma dívida pública externa, ela é interna, sendo interna, o Brasil deve para si mesmo e essa dívida não pode ser somente imputada ao salário e a classe trabalhadora deste País porque 40% dessa dívida pública é dívida de empresas, porque os bancos também emprestam, está imputado na dívida ativa, 25% dessa dívida pública também é das famílias quando contraem empréstimo, o que resta de dívida pública real no Brasil, é em torno de 45%, um patamar avaliado pelo FMI como um patamar dentro das medidas cabíveis para o crescimento. E eu não entendo o que é você tirar da vida pública, você tirar da questão social, você tirar do salário do trabalhador aquilo que tinha que ser imputado aos empresários que devem para os bancos públicos. E eu não estou falando de modelo de Governo, não estou falando aqui se é certo ou se é errado, porque a sociedade vai julgar daqui uns dias. Aumentar o salário mínimo baseado no IPCA, como é a Lei, a 241, hoje, é dizer que nós não vamos ter aumento real para a classe trabalhadora deste País para os próximos vinte anos. Aumentar ou tratar a dívida pública relacionada à educação e à saúde é dizer que o nosso pobre; Deputado Laerte, não vai poder ir ao hospital mais. Porque se a saúde está ruim hoje, imaginem congelando os investimentos na saúde; imaginem congelando o investimento na educação. Então é muito sério o que se tem feito, e não podem ser culpados governos passados, porque, hoje, essa PEC quebra com tudo que o FHC fez na época de regulação da inflação no Brasil. Você não investe num País, você não faz um País crescer tirando recursos de investimentos. Você não cresce um País quando você corta o recurso para o Ministério de Minas e Tecnologia ou extingue o Ministério como foi extinto. Você não vai ter crescimento real se nós não tivermos investimento real. É inconcebível o Brasil, que está por analistas internacionais, na contramão da economia do mundo, enquanto que os Estados Unidos, o Japão, os Países do euro, ligados ao euro, têm uma dívida pública duas, três vezes maior do que a da brasileira, estão investindo e fazendo investimentos, tanto na parte social quanto no investimento em infraestrutura. É uma lapsa, ou é uma coisa incabível, você achar que tem que aumentar para 170 a previsão de déficit brasileiro R\$ 170 milhões. Então eu estou aqui, e não poderia deixar de falar, porque eu disse que nós íamos perder direitos. Eu disse aqui nesta Casa, que o impeachment da Dilma era uma fraude e que era um golpe. Eu disse que era e ficou provado quando o Congresso não conseguiu tirar dela os direitos políticos. Não conseguiu tirar. Não tiraram porque viram que era irregular o que

eles estavam fazendo. Tanto era irregular que uma semana depois aprovaram uma lei que tirava, que regulamentava as pedaladas. Uma semana depois. Eu estou falando aqui é do trabalhador que ganha salário mínimo, daqui a cinco, seis anos, o salário dele está defasado em 40%, que é essa a previsão. Quando eu falo de diferença, é enquanto a gente pregava que as políticas sociais têm que ter crescimento, o outro lado dizia que o salário mínimo estava muito alto e precisava diminuir o salário mínimo porque estava inviabilizando o Brasil e o Custo Brasil estava muito alto. Tira-se do trabalhador o direito dele, mas, os empresários continuam com 40% da dívida brasileira. As empresas continuam tendo incentivo fiscal e quem paga, mais uma vez, são os trabalhadores. Eu não vi nenhum deputado federal que votou a favor, aliás, aqui eu quero parabenizar o Expedito Neto, que foi o único Deputado que votou contra a PEC. Agora os outros que votaram a favor, eu não vi perguntar para a sociedade e para os trabalhadores, se queriam que o salário deles ficasse congelado por vinte anos. Não vi ninguém perguntar, como fizeram no passado. Eu estou votando pelo meu povo. E agora esses Deputados e o Congresso Nacional votaram por quem? Para quem eles votaram? Não é, volto a repetir, dados do FMI. A dívida pública brasileira é a metade, praticamente a metade da dívida pública dos Estados Unidos. É um terço da dívida do Japão e é 70% da dívida da comunidade europeia. Se nós estamos bem ou ruim, é o tempo que vai nos dizer, daqui uns anos, quando nós ficarmos imaginando que tiramos do trabalhador o direito dele e que demos aumento de 46% para o Judiciário. Então a gente precisa, a gente precisa ter o sangue frio para analisar que nós temos neste País dois modelos de governo: um que governou para a classe pobre e para o trabalhador e o outro que sempre governou para os empresários e que hoje está de volta. É esse professor que hoje vai ter o aumento dele baseado no IPCA, que há dias estavam sendo questionados por esta Casa quando dizia que a inflação estava em 5% e teve Deputado, nesta tribuna, dizendo que o IPCA estava errado. Quem disse que o IPCA agora vai estar certo para dar aumento para o trabalhador? Quem disse que você vai conseguir fazer negociação coletiva de trabalho com a metade da população desempregada? Quem disse que essa 241 vai gerar emprego e renda? Aonde?

O Sr. Aécio da TV – Um aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu cedo aparte ao nobre Deputado economista, para que ele possa colocar suas palavras e Vossa Excelência tem 2 minutos.

O Sr. Aécio da TV – Eu quero agradecer ao Deputado Lazinho pelo aparte. Nós temos pensamentos totalmente diferentes. São pensamentos que não podem, de forma alguma trilhar do mesmo lado, até porque um tem uma linha socialista e outro tem uma linha capitalista. Eu tenho uma linha capitalista e o Deputado Lazinho tem uma linha socialista. É muito engraçado que é o seguinte, quando nós, seres humanos, vamos comprar um litro de leite, e ele sobe por escassez de mercado, pela lei de oferta e procura, é uma coisa salutar. Mas quando nós vamos comprar um litro de leite e descobrir que ele aumenta o preço porque aumentou a carga tributária, é uma

coisa que dói. E dói no bolso de todo mundo. Dói no bolso de todo cidadão, do pobre, do rico, de toda sociedade. E hoje nós estamos nesta situação. O Brasil encolheu, o Brasil com uma dívida monstruosa, com déficit na ordem de R\$ 170 bilhões e tem duas opções: ou contém gastos ou aumenta impostos. Eu, na minha modesta opinião, acho que nós devemos diminuir os gastos, assim como faz o trabalhador, o cidadão. Quando ele ganha mil reais, ele tem direito de gastar mil reais. O pai de família que junta toda a sua família, rateia ali quanto ele ganha e eles fazem uma previsão de gastos em cima do que ganham. Por que é que uma sociedade, por que é que um cidadão pode fazer isso e o governo não pode? Por que é que o cidadão pode fazer isso e o governo pode meter a faca? Porque quando o governo extrapola, quando o governo gasta mais, não é que falta de dinheiro. O governo tem como buscar o dinheiro. O governo emite título da dívida pública e existem especuladores no mundo inteiro querendo receber juros desse governo. Então, quando o governo gasta, ele busca dinheiro no mercado a juros altíssimos, por isso ele precisa aumentar a taxa de juros para ele conseguir, porque ele põe lá um título aqui para 05 anos, taxa de juros a 0,5%, alguém vai querer? Não, mas no Japão pega, nos Estados Unidos pega, mas no Brasil não pega; porque o Brasil gasta mais do que arrecada. Então isso aí é uma faca terrível, que fura a economia de todo mundo, de todo trabalhador. E o governo, quando ele limita os seus gastos, ele diz assim, olha: - nós temos um orçamento e esse orçamento você pode usar ele, você só não pode extrapolar esse orçamento. Limite de gastos é isso. - Ah, está mexendo na educação. Não, está aqui dentro do orçamento, você pode mexer aqui dentro, pode tirar da educação, jogar um pouquinho mais para a saúde, você vai mexer. O que você não pode é gastar mais do que você arrecada, como todo cidadão faz. É o que está acontecendo na proposta. A proposta é a única arma que nós temos para salvar o Brasil, que foi enfiado no buraco, emprestando dinheiro para Cuba, mandando dinheiro para a Venezuela, mandando dinheiro para Angola. Porque isso tudo faz parte do déficit, isso tudo faz parte do rombo que foi colocado o Brasil. Então, eu vou falar uma coisa, em 1994 nós tivemos o Plano Real, e esse plano não é a salvação, não é ainda. O pior está por vir, porque nos últimos anos o Brasil entrou de tal forma que essa dívida pública que o Deputado Lazinho está falando, foi dobrado o percentual nos últimos 20 anos. Era 45, hoje é 83% do PIB brasileiro, a dívida pública. E se continuar vai chegar a 300%. E se continuar sem conter os gastos, sem frear, não é cortar, não é que vai cortar nada da iniciativa privada, a iniciativa privada vai continuar funcionando normalmente, mas vai cortar os gastos do governo. Tem que cortar de todos os governos. É assim que faz todo pai de família. Então, eu sou favorável a PEC. Acho que é a PEC é uma salvação e vem coisa pior para salvar ainda, que precisa, que é necessário, que é a reforma da Previdência.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado. Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo informar, devo socializar com Vossa Excelência, que na minha visão, saúde e educação não é gasto. Saúde e educação é investimento. E você não corta dessa forma, o salário do trabalhador, quando o trabalhador não tiver o que comer, o mercado e a empresa também não vão vender. Para Vossa Excelência ter uma ideia, em 2002 à

dívida pública brasileira era 60,39% do PIB, em 2002. Estão aqui os dados. Hoje a dívida pública brasileira é de 69% e volto a repetir, que a dívida pública brasileira não é somente dívida de políticas do governo, são dívidas de empresas, dívidas das famílias que são computadas como dívidas públicas e dessas somente 45% é dívida das políticas de governo, somente 45%. E devo dizer que a maior economia, ou uma das maiores economias do mundo é o Japão e a dívida pública do Japão é de 229% do PIB e eles não estão cortando no salário dos trabalhadores não. A dívida pública da China, dos Estados Unidos, aliás, é 104%, não são dados meus, é do FMI. Então, eu quero finalizar dizendo que realmente nós temos divergência de ideias, eu tenho a concepção de que tirar dinheiro, aliás, que investir na educação é investimento, V. Ex^a é gasto. Eu tenho a certeza que investir na saúde é investimento, não é gasto, V. Ex^a acha que é gasto. Essa é a concepção de governo, eu acho que o salário mínimo não pode ser só R\$ 880,00 tem que ser R\$ 1.200,00, V. Ex^a acha que tem que retroagir nos próximos 10 anos estar tendo baseado em 550...

O SR. ADELINO FOLLADOR – 1.200 é muito pouco, tem que ser 3.000, 1.200 é muito pouco.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – V. Ex^a acabou de falar.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu preciso ter direito de resposta, eu não falei nada disso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu quero que respeite a minha fala, que eu não vou dar mais aparte para ninguém. Acabaram os apartes, só para finalizar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem. Eu quero registrar a presença da minha esposa e da minha filha, que estão me aguardando aqui para irmos para Ariquemes

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só cumprimentar a família do Follador que está presente. Já fiz. Só para finalizar, eu estou colocando aqui o meu pensamento contrário, talvez da maioria desta Casa e entendo que para o Brasil crescer, o povo tem que ter dinheiro no bolso, e essa medida tira o dinheiro do povo trabalhador. Essa medida em dez anos, nós vamos estar apenas com 70% do salário mínimo que é hoje.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Precisa ter o dinheiro para colocar no bolso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem. Dizer, Deputado Lazinho, eu respeito muito o seu pronunciamento, com certeza como representante aqui do Partido dos Trabalhadores, ele tem que fazer esse pronunciamento, mas, com certeza hoje, nós estamos hoje numa situação que com certeza não é, é o Governo que saiu que criou essa situação, lamentamos muito, eu também concordo que o salário mínimo, tem que ser; não 1.200 não, quero 3.000, hoje o servidor..., agora nós temos 13 milhões de pessoas esperando para conseguir um emprego e também nós temos que ver isso criar condições para que esse povo volte a trabalhar, que nós precisamos que esse País volte com a credibilidade...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Vai gerar mais desemprego.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Porque perdeu a credibilidade, Deputado Lazinho, e não foi por causa das pessoas que aprovaram a PEC não; foi por causa desses 111 votos que votaram contra a PEC, que esse pessoal que destruiu o País. Então eu quero deixar aqui registrado que eu não concordo; eu concordo sim que aplicar na educação, aplicar na saúde, não é gasto não, é investimento, mas, precisa ter o dinheiro. Eu também, para eu gastar na minha casa, eu tenho que ter meu orçamento, eu tenho que ter o dinheiro, não só o orçamento, então, o País também tem que ter o dinheiro, não pode só simplesmente, hoje tem um déficit de 180 milhões que está descoberto, precisa fazer economia para cobrir esse déficit que existe no País e essa desmoralização do País, isso é uma conta que nós vamos pagar muitos anos. Então hoje, no País, essa desmoralização até nós conseguirmos a credibilidade que o País já teve, nós vamos demorar muitos anos e isso muitas vezes, aquelas 111 pessoas que votaram contra a PEC, são esses que ajudaram principalmente para criar essa situação. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente...

(Às 18 horas e 35 minutos o Sr. Edson Martins passa a Presidência para o Sr. Jesuíno Boabaid)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou só fazer uso da fala.

O SR. LAERTE GOMES - Se V.Exª for também gastar mais 10 minutos, me avise...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, não vou gastar 10 minutos. Deputados, é o seguinte...

O SR. LAERTE GOMES – V. Exª é Presidente, V. Exª está no exercício da Presidência. V. Exª não pode comentar discurso de colega, o Regimento diz isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou apenas fazer uso da palavra. Eu falei com o Deputado Aécio, nós discutimos isso na Comissão de Indústria e Comércio, eu quero que o Deputado, se vocês depois, eu vou fazer uma leitura na minha fala, a PEC 241, quem é servidor, pode olhar aqui no artigo 13º, vocês vão analisar as restrições que ela traz, eu não sou a favor, contra a situação de questão de aumento, eu sou a favor que seja mesmo contido, mas se você fizer uma análise nela, ela vai muito além. Por isso essa manifestação, os favoráveis quanto a essa questão. Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – V. Exª inclusive, já que o Partido dos Trabalhadores nessa última eleição diminuiu 60%, V. Exª devia se filiar ao Partido dos Trabalhadores para dar uma reforçada. Dizer, Sr. Presidente, com todo respeito ao meu colega Deputado Lazinho, como ele me citou duas vezes no meu Governo do PSDB, o Governo da Presidência da República é do PMDB. O PSDB não está dando apoio ao Governo do PMDB, o PSDB está dando apoio ao Brasil e apoiar o Brasil nesse momento é estar ao lado da população e a população é por unanimidade, a po-

pulação por quase unanimidade escolheu, escolheu que era o momento do PT sair do poder, as urnas mostraram nesta última eleição o encolhimento do Partido dos Trabalhadores do Brasil inteiro, em Rondônia não foi diferente. Mas, eu queria dizer Senhor Presidente, vindo a esta tribuna e deixando de lado a questão nacional, o Deputado Lazinho colocou e o Deputado Lazinho há de se falar nesta tribuna, que é uma das poucas, é uma das poucas pessoas e boa pessoa que permanecem com mandato no PT, talvez seja o lado bom do Partido dos Trabalhadores em Rondônia, pela sua posição, pelo seu trabalho ...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, nós temos 34. 34 vereadores e um prefeito.

O SR. LAERTE GOMES – E um prefeito lá de Teixeiraópolis. Para quem 600, encolheu bem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – 34 vereadores e um prefeito e 17 vereadores da minha base.

O SR. LAERTE GOMES – O PSDB, o PSDB com o crescimento que teve na última eleição, nobre Deputado Ezequiel, e o PMDB também fez várias prefeituras, com certeza a população mostrou que o Governo Federal também está no caminho correto. Mas, eu queria dizer Deputado Jesuíno Boabaid, do PT do B, mudou para o PMN, desculpas, eu tinha me esquecido. Que, gostaria de falar aqui sobre o momento que nós estamos vivenciando já falei até ali, mas, gostaria de falar no pronunciamento aqui sobre a questão da BR-429 no que diz respeito, no que tange a questão do Linhão. Há um movimento muito forte no município de Alvorada d'Oeste, inclusive, com reuniões, com diretoria, onde foi se criado um grupo com o objetivo de pressionar, pressionar a classe política para trazer o Linhão já para o município de Alvorada. Esses grupos de moradores criaram um movimento deste Linhão e consequentemente não vai beneficiar só Alvorada d'Oeste, mas toda BR-429, ligando do município de Presidente Médici até o município de Costa Marques, indo para o Urupá. Esse projeto já existe, já foi licitado, mas, infelizmente faltou o recurso, ele foi licitado numa rede de Ji-Paraná, passando por Presidente Médici até o município de Costa Marques, chegando a Alvorada o projeto é rebaixado, levado a Urupá; depois vai em alta tensão de novo até São Miguel, rebaixa e vai em baixa, Deputado Lazinho, até o município de Costa Marques. O projeto, uma obra na ordem aí, no montante de quatrocentos e quinhentos milhões. Está paralisado, foi licitado, suspenso a ordem de serviço por falta de recurso da Eletrobras e também do Ministério de Minas e Energia, consequentemente do orçamento do Governo Federal. E o interessante, a gente até citou aqui, é que o BNDES, a Eletrobras foi atrás do financiamento dessa obra no BNDES e o BNDES não o fez alegando a falta de recursos. Como o Deputado Aécio disse muito bem aqui, é um contraditório inexplicável. O BNDES financiou obras em vários países como Venezuela, Cuba, Equador, país da África a fundo perdido, porque não vai receber e não tem recursos para financiar uma obra dentro do nosso País, uma obra importante que com certeza, sendo executada iria trazer, Deputado Ezequiel, o desenvolvimento e a qualidade de vida para

milhares de brasileiros e rondonienses que moram ao longo dos municípios da BR-429 e região. Essa rede, essa rede de energia, o Linhão, o Linhão que a comunidade desses municípios ao longo da BR-429, tanto espera, tanto sonha há muitos anos, que já fizeram muitos moradores dessa região irem embora; ela com certeza se fosse executada, iria trazer o desenvolvimento e a qualidade de vida para aquele povo. Hoje vivenciamos aqueles municípios a energia termoeletrica, de motor, que constantemente falta energia ou por quebra dos motores ou por falta muitas vezes, até por falta de óleo diesel. Além de ser Deputado Jesuíno, Deputado Cleiton, uma energia suja, de óleo diesel, não é uma energia limpa, como a energia de água de hidrelétricas. A região da 429, toda aquela região de Alvorada d'Oeste, de Médici, de Urupá, São Miguel, Seringueiras, São Francisco e de Costa Marques, bate recordes e recordes de produção. Somos destaques na economia, na produção da pecuária de corte, na pecuária do leite, passando pela cafeicultura, pelo inhame, pelo urucum, a soja está aumentando a passos largos, não é diferente também com a cultura do arroz, enfim, diversas e diversas monoculturas que avançam a passos largos e batem recordes de produção. O que é necessário na nossa região para trazer o desenvolvimento, Deputado Cleiton, e a geração de emprego? É agregar valor nesses produtos, é levar empresas para esses municípios que possam industrializar esses produtos que são produzidos lá para gerar emprego e renda e agregar valores para os nossos produtores. Mas como, como que uma indústria, Deputado Jesuíno, Presidente Jesuíno, como que indústrias vão se instalar numa região que não tem uma energia confiável? Aliás, que tem uma energia que não é confiável e que é cara, não se instalam; e aí os nossos produtos saem sem agregar valor e vão gerar emprego e renda em outras regiões, em outros Estados. Gostaríamos, Presidente, gostaríamos, e já solicitei hoje uma Audiência Pública para tratarmos desse tema que será marcada no dia 10 de novembro às 15:00 horas no plenário desta Casa, hoje como eu já falei aqui, está suspensa a realização, Deputado Ezequiel, de Audiências Públicas no interior, por determinação da Mesa Diretora. Então, nós vamos realizar aqui, deveríamos até fazer lá em Alvorada, São Miguel, na região da BR-429, mas vamos fazer aqui, talvez seja até importante nesse primeiro momento realizar as Audiências Públicas aqui, porque esperamos que a Bancada Federal que hoje na sua maioria apoia o Presidente da República, o Presidente Temer, pressione o Governo Federal para liberar o recurso ou o financiamento dessa obra que já está licitada e suspensa a ordem de serviço por falta de recursos. Esperamos aqui também na Audiência os diretores da Eletrobras e do Ministério de Minas e Energia, esperamos aqui também todas as lideranças, Prefeitos, Vereadores e esse movimento principalmente de Alvorada que se instalou o Movimento Linhão Já, que estejam aqui os seus representantes para poder também acompanhar e pressionarmos juntos para podermos sair com algum avanço sobre essa questão. Gostaria de dizer que talvez senhor Presidente, se não fosse o desmando do Governo do PT nos últimos doze anos, talvez tivesse sobrado recurso para levar essa energia na BR-429, na Região do Machadinho, em vários cantos de Rondônia, que ainda não tem interligação através

do Linhão. É inexplicável, talvez nós explicarmos o inexplicável, sairmos de qualquer outro Estado do Brasil e dizer que Rondônia, que produz 13% da energia desse País e que consome 1% ou 2% que não seja totalmente interligado através de energia de Linhão, de energia limpa, eles não vão acreditar, com certeza se falarmos isso em São Paulo, Santa Catarina, no Paraná, em Brasília, se eles não conhecerem a nossa realidade, eles não iriam, eles não acreditam, Deputado Cleiton, porque é inadmissível. Talvez o grande bonde da história de Rondônia, o grande momento da história de Rondônia, Deputado Ezequiel, com os nossos políticos deixaram passar, foi quando da negociação, da negociação das compensações para construir as usinas de Jirau e Santo Antônio, não colocaram interligação do Estado de Rondônia, através da energia limpa, através do Linhão. Foram negociar uma creche ali, um posto de saúde lá, um recurso aqui para a Prefeitura de Porto Velho, outro lá para o interior e esqueceram de negociar o macro, de negociar o que era importante também para o Estado. Mas, os rios são em Porto Velho, é verdade, mas, os afluentes deles que abastecem esse rio, Deputado Jesuíno, são em todo o Estado de Rondônia, poderiam muito bem ter negociado porque naquele momento, não existia no Brasil outro lugar para se fazer aquelas usinas, se não fosse aqui no Rio Madeira. O Governo não tinha alternativa. Naquele momento o Governo Federal negociaria qualquer coisa para fazer essas usinas, porque quem precisava de energia, não era Rondônia, tanto é que está aí à prova consome menos de 10% do que produz; quem precisava de energia naquele momento, Presidente Jesuíno, era o Brasil e infelizmente os governantes deixaram passar essa oportunidade de interligar o Estado todo de Rondônia, através de energia limpa, através do Linhão. Então, eu queria deixar aqui registrado senhor Presidente, gostaria que a imprensa também pudesse; nossos colegas aí que estão trabalhando, os nossos belos profissionais desse destaque a essa matéria porque eu acho que é importante. São sonhos de milhares e milhares de pessoas que precisam ter uma qualidade de vida mais digna, precisam ter empregos para os seus filhos, nós precisamos levar o desenvolvimento aquela região, porque é o que acontece lá hoje, apesar de ser um grande produtor de alimentos, mas, falta oportunidade para os nossos jovens, porque não agrega valores, não tem indústria, falta geração de emprego e é nessa confiança que no movimento coletivo, de todos, daqui dos nobres Deputados, da comunidade e da região, com a Bancada Federal, nesse novo momento que o Brasil pelo menos está enxergando uma luz no fim do túnel, que o Brasil está vivendo um momento de acreditar, acreditar num Presidente, que ele possa tomar as medidas amargas, que é necessário do Brasil, e ele está tomando. Eu sei que é doído Deputado Jesuíno, eu sei que é doído, mas, talvez não tivesse alternativa, é muito fácil vir agora e criticar, mas tiveram doze anos, dezesseis anos e só aumentaram déficit, só aumentaram a dívida. Nada fizeram para conter a gastança, gastaram, gastaram, gastaram como se não fosse acabar o dinheiro e uma hora chega ao fim, o que não é bem planejado, o que não é bem administrado, ele chega ao final, existe um ditado que o dinheiro muda de dono, é verdade, e o dinheiro do Brasil mudou de dono, está à dívida

hoje, está a dívida para a população, pagando um alto preço, pagar como foi falado pelo Deputado Adelino mais de doze milhões de brasileiros desempregados. Não é esse o Brasil que nós queremos. Nós queremos um Brasil justo para todos, sabemos que vamos ter que pagar um preço difícil, amargo, mas é necessário. Obrigado pelo espaço Sr. Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Com a palavra agora, sem apartes o Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente Deputado Jesuíno, venho utilizar alguns minutos desse espaço na tribuna da Assembleia, cumprimentando V. Ex^a, os funcionários desta Casa de Leis, Deputada Rosângela Donadon, Deputado Ezequiel Junior, Deputado Laerte Gomes, o público que nos acompanha pelos veículos de comunicação. Sr. Presidente eu venho aqui nesta tarde relatar a visita no dia de hoje do Vice-Governador, Daniel Pereira no município de Pimenta Bueno, ele esteve acompanhado da Secretária de Educação, Fátima Gavioli, do Secretário de Justiça, Marcus Rocha; do Secretário Adjunto Maiorquim, Secretário de Saúde, Adjunto o Maiorquim, o Secretário Adjunto de Segurança Pública também, esteve juntamente estiveram com o Coronel Ênedy, Comandante Geral da PM para tratar de um assunto tão importante para o nosso município de Pimenta Bueno que é uma demanda que já vem se arrastando a alguns anos que trata-se da retirada do presídio do centro da nossa cidade. Pimenta Bueno é um município de pequeno e médio porte e onde a Casa de Detenção, ela fica de frente com a Praça dos Pioneiros, a principal praça do município, fica a menos de 100 metros da Faculdade do município, a lateral do presídio, Deputado Laerte, tem um dos melhores hotéis do município, onde tem a maioria dos escritórios de representação das empresas e como se falar em desenvolvimento de uma cidade com a Casa de Detenção, o presídio no centro? Então nós temos já há alguns meses trabalhados; nós temos contado com o apoio do nosso Vice-Governador, Daniel Pereira, do Governador Confúcio Moura e todo o 1º Escalão do Governo do Estado e eles estiveram lá num evento hoje realizado na sede, no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia, onde contou com a participação dos 3 promotores do município, Dr. André, Dra. Marcília e Dr. William, estiveram participando juntamente com a Juíza da Vara Criminal do município, a Dra. Roberta, justamente estabelecendo algumas metas de ações que nós vamos tomar para de fato fazer com que essa prioridade, essa necessidade do município de Pimenta Bueno seja atendida para que nós possamos aí depois de algum tempo, concluir com esse benefício que é a retirada do presídio do centro da nossa cidade. Eu já assumi um compromisso juntamente com o Deputado Só Na Bença de colocar o recurso através de emenda individual, a indicação ao orçamento de 2017 para a aquisição da área, que ficou sob responsabilidade dos técnicos da SEJUS e da equipe de patrimônio do Governo do Estado, a fazer o levantamento, definir qual é o custo para que nós possamos está fazendo a aquisição dessa área, retirada do perímetro urbano do município. O Secretário Marcus Rocha se responsabilizou pela elaboração do projeto e nós estaremos na próxima semana em audiência com o Governo do Esta-

do, com o Governador Confúcio Moura justamente para nós tratarmos do recurso para a construção desse presídio. Além da construção do presídio é desenvolvido no município um projeto muito importante que já recebeu prêmios que é o trabalho que a APAC desenvolve no município de Pimenta Bueno, através de parcerias com as indústrias do município, em especial com a Ciclo Cairu, onde oferta dentro do presídio 60 vagas para que os apenados possam trabalhar e muitas vezes conseguir uma renda para as suas famílias que estão do lado de fora, enfim. E de fato o que nós estamos trabalhando é um espaço para que essas oficinas sejam ampliadas, existe já uma indicação dos Pólos de confecções, das indústrias de confecções fazer parceria com a APAC, fazer parceria com o sistema penitenciário para que a gente possa de fato está produzindo também dentro do presídio, dando ocupação para aquelas pessoas que hoje estão fazendo os seus ajustes, os seus acertos de contas com a Justiça e que também tem uma oportunidade de ressocialização. Daí a presença, Deputado Jesuíno, da Secretária de Educação, da Secretária de Assistência Social que lá esteve presente também, é um projeto que nós queremos desenvolver, iniciar em Pimenta Bueno, mas, que com certeza poderá ser ampliado para todo o Estado de Rondônia, mas, que já é desenvolvida uma parte dele em Pimenta Bueno e pode ser melhorado, enfim, quando a infraestrutura é melhorada, a construção de uma nova planta, de um novo presídio com certeza vai melhorar a qualidade do serviço prestado, principalmente os nossos agentes penitenciários que nós sabemos do risco que correm. No mês de julho, Deputado Jesuíno, houve um início de uma rebelião e realmente o material que foi apreendido dentro do presídio se não fosse contido, com toda certeza tinha acontecido um massacre dentro da unidade prisional, a gente sabe da seriedade do problema que tem, mas, enfim, fico feliz pela participação do Governo do Estado. O Governador Confúcio foi representado pelo Vice-Governador Daniel Pereira e por seis Secretários de Estado que estiveram presentes lá, com certeza foi um evento e de fato é o pontapé inicial para que nós possamos ao longo de uma jornada, mas concluir com a retirada do presídio no município de Pimenta Bueno, do centro de nossa cidade. Era o que eu tinha para hoje, Presidente Deputado Jesuíno Boabaid. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Sr. Deputado Cleiton Roque, eu pediria a V. Ex^a que assumisse a Presidência enquanto eu faço uso da tribuna na Questão de Ordem.

(Às 18 horas e 55 minutos o Sr. Jesuíno Boabaid passa a presidência para o Sr. Cleiton Roque)

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid, sem apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria que colocasse um vídeo curto de 48 segundos aproximadamente. Venho nesta tarde, enquanto é acionada a questão do vídeo. Esse vídeo é dentro do Hospital João Paulo II na sala que tira o Raio-X. Olha o vazamento do ar condicionado, isso é dentro da sala aonde tira o Raio-X no Hospital João Paulo II.

(Apresentação de Vídeo)

Vocês estão vendo aquela chave. Eu recebi nesta tarde do dia 11, o Termo de Fiscalização 18.134/16 que tem no termo a seguinte denúncia: foi feito um teste com chave em um chassi do lado de fora da sala de Raio-X e constatou vazamento de radiação, ou seja, as pessoas que se encontram dentro do Hospital João Paulo II estão sendo submetidas a radiação devido ao vazamento, bem como a falta de estrutura daquela sala. Hoje eu liguei para o Diretor, Dr. Carlos, eu falei que queria fazer uma visita, só que eu achei por bem antes de fazer a devida visita apresentar a denúncia, essa referida denúncia no plenário desta Casa para que a devida informação seja propagada em todos os canais, ou seja, em todos os sites, em todas as mídias, porque é uma denúncia grave e porque eu digo que é grave? Está aqui uma chave, isso aqui é uma radiografia que foi retirada pelo lado de fora, a técnica pegou a radiografia, colocou uma chave e ao acionar o equipamento, pasmem, senhores, olha o que fez, olha só o que o maquinário, a radiação conseguiu visualizar a chave do lado de fora da parede. E aí eu tenho mais fotos. Olha aqui as pessoas pelo lado de fora, que ficam aguardando para fazer o devido exame, são diversas pessoas. No ano de 2014, tem uma matéria que foi veiculada em um site, TV Vitória: “vazamento de radiação coloca em risco pacientes e funcionários da UPA de Guarapirí”. Guarapirí fica em Espírito Santo/Vitória. Ela diz o seguinte, eu separei alguns trechos: “a chapa foi levada para o lado de fora e a máquina foi acionada pelo tempo normal, normalmente, usado por uma radiografia de coluna. Ao rever a chapa, o contorno da moeda estava no exame. Um indício grave de radiação está passando pela parede”. Eu separei alguns trechos. “Os riscos, podem ser vários, dependendo a quantidade de exposição, do tempo de exposição, desde um abortamento inicial até uma má formação, são vários riscos. Pode causar densas alterações dermatológicas, pode alterar hemograma de pessoal, bem como câncer”. Senhores e senhoras, essa fiscalização foi feita pelo Conselho de Serviço Público Federal, Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, 18ª Região. E o porquê que estou levando esta denúncia a todos? Que nós iremos através do nosso requerimento, formar uma Comissão Temporal Especial para solicitar ao referido Conselho que fiscalize todos os hospitais públicos e privados sem exceção. Porque agora eu sei, a gente pode até começar a raciocinar, as pessoas que buscam João Paulo II estão passivas de sair mais doentes, com lesões sérias, gravíssimas. E por isso que nós começamos a analisar a questão do alto índice de câncer. Será que essas pessoas estiveram lá por muito e muito tempo? Nós temos que começar a refletir. É muito grave. Hoje o novo Secretário Pimentel assume a sua pasta novamente. Pedi ao Secretário Pimentel que de imediato tome uma medida em resolver essa problemática. Não somente interditando, não somente interditando, porque não basta só interditar. Fazer os devidos ajustes, bem como disponibilizar as pessoas que irão buscar o hospital, o devido exame. Porque amanhã ou depois estão falando que o Deputado Jesuíno foi que ocasionou o fechamento da Sala de Radiologia, Tomografia e agora o Estado não tem

como prover exames. Isso é uma irresponsabilidade. Espero que o governo não tenha essa capacidade de tentar colocar a sociedade contra o parlamento. O que eu estou fazendo é exercendo o meu papel constitucional em fiscalizar as ações governamentais, administração pública, em especial o Executivo. Não irei silenciar, bem como, enquanto não tiver uma solução sobre esta questão, à situação vai ficar complicada para o gestor da pasta. E isso não é só, eu já posso assim fazer sem ter feito uma fiscalização. Certamente alguns hospitais e demais instituições públicas e privadas, estão cometendo essa questão aqui. Isso eu tenho certeza que quando houver a devida fiscalização a coisa vai vir à tona. E aí o que eu vejo, eu quero até encaminhar uma... Essa denúncia vai para o Ministério da Saúde, tem que ir para lá. Aí eu quero encaminhar também alguns especialistas para fazer o levantamento. Será que não é por conta disso que o câncer em Rondônia mata tanto? Também isso pode ser ocasionado também. Porque você imagina trabalhadores que ficam constantemente usando a máquina. Pessoas que ficam internadas naquele local, grávidas, crianças, idosos. Então a situação é realmente preocupante. E nesta tarde, nesta noite, eu venho denunciar esse ato lesivo ao cidadão rondoniense, ao cidadão que reside em Porto Velho, não somente Porto Velho, todos que utilizam o serviço no João Paulo II. Olha a gravidade, essa funcionária deve estar totalmente resguardada, a segurança funcional dela no Conselho. Eu quero parabenizar a atitude dessa funcionária, dessa servidora, dessa fiscal, em trazer essa informação ao local próprio, ao local onde deve sim, as pessoas que aqui se encontram, os Parlamentares a atuarem em defesa, fiscalizando as ações governamentais. Porque isso é grave, gente. Eu tenho também outra denúncia que eu falei recentemente, que eu iria lá ao HB fiscalizar *in loco*, por questões de tempo, agenda, mas eu vou lá, que tem vários equipamentos parados, que ninguém está usando por conta da mão de obra. Vou lá também, junto, vou requisitar ao Presidente Maurão, alguns funcionários que trabalham na parte da imprensa, para me acompanharem nessa fiscalização. E não é somente no João Paulo, no HB, vai ser uma fiscalização em vários hospitais. Por isso, o prazo regimental da formação da Comissão, como eu sou proponente, tenho direito de um assento nessa Comissão. Espero que o Presidente faça uma nomeação dos demais membros dessa Comissão Especial que irá apurar essa situação da radiação nos equipamentos de Raio-X e tomografia no hospital João Paulo II. Senhores, era isso que eu queria manifestar, era uma situação que era preocupante, é preocupante sim. É um caso até de Jornal Nacional, que é uma coisa muito preocupante. Você está lidando, ali, com uma situação de vidas. Eu peço agora à imprensa que divulgue, que coloque mesmo, que exponha todos os motivos, as circunstâncias que ocorreu, por que não foi feita a devida blindagem, por que é que o ar condicionado daquele local está vazando, não tem a devida responsabilidade, o devido zelo em manter aquele local salubre. Que não é, aquele local é totalmente insalubre. Então é isso que eu queria falar, Presi-

dente, quanto a esta questão do Hospital João Paulo II. E, para finalizar, a matéria que veicula em 05 anos gigante chinês tornam-se líderes aqui quanto à questão da parte energética. Os chineses, a cada dia, investem na questão de energia. Eles já estão na iminência de comprar, já tem rumores de comprarem Santo Antônio e Jirau. E apenas a título de informação, estava tramitando nesta Casa o Projeto 102 que tratava sobre as compensações das cotas, e hoje o Deputado Adelino trouxe na CCJ o seu voto pedindo pelo arquivamento. Como o nosso Regimento dispõe no seu artigo 179 o dispositivo quanto à questão das informações, e pedi que ele levasse o voto, no entendimento de sobrestar a matéria até que tragam as devidas informações, bem como a Justiça se posicione favorável à concessão das licenças ambientais para o aumento das devidas cotas. Porque nós não podemos autorizar as compensações enquanto não for deferida a questão da permissão das licenças para a elevação da cota de Santo Antônio. Ora, eu compenso quando eu tenho o deferimento. Então, esta Casa estava dando um passo à frente, mas eu sei o porque. Eles iriam levar lá no Judiciário e falar: - olha, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e o governo já até compensou, só falta agora o Ibama autorizar as licenças e a Justiça tirar as devidas liminares. E o que nós fizemos hoje é sobrestar, aguardar o posicionamento final da Justiça, que é o julgamento de mérito. Enquanto não tiver derrubada das liminares, esta Casa não poderá aumentar as compensações das cotas de Santo Antônio. Eu não queria me delongar muito, até por que do horário, dizer que hoje foi de suma importância para a Polícia e o Bombeiro Militar do Estado de Rondônia. Parabenizar todos os Deputados que estiveram presentes aqui nesta Casa e o nosso papel como parlamentar nós estamos fazendo com muita responsabilidade e com muito carinho. Eu digo assim, eu defendo não só a classe dos trabalhadores da Polícia e Bombeiro Militar, eu defendo toda classe que seja trabalhador. Inclusive, já tenho uma matéria que vai tramitar aqui que é a questão do auxílio-transporte que o governo regulamentou, inclusive, tem vários sindicatos procurando esta Casa, pois muitos terão prejuízo. Prejuízos esses que já estavam praticamente, eles já utilizavam esse recurso, que é pequeno, como salário. Então eu ia pedir para o governo que analise essa questão. Quando baixou esse Decreto regulamentando, ele tirou, ele está querendo compensar, ou seja, cobrar taxas percentuais onde não era cobrado por mais de 15 anos. Era isso que eu queria falar, Presidente. Muito obrigado e desejar uma boa-noite a todos.

(Às 19 horas e 09 minutos o Sr. Cleiton Roque passa a Presidência ao Sr. Ezequiel Junior)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Jesuíno. Não há mais Oradores inscritos. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 18 de outubro, no horário regimental, às 15:00 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 10 minutos)

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos onze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezesseis, às dezoito horas e seis minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência dos Senhores Deputados Edson Martins – 1º Vice-Presidente, Jesuíno Boabaid e Ezequiel Júnior; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Luizinho Goebel, Maurão de Carvalho, e Senhoras Deputadas Glaucione, Lúcia Tereza e Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Aírton Gurgacz, Jean Oliveira, Léo Moraes, Marcelino Tenório, Ribamar Araújo, Saulo Moreira e Só na Bença. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à ORDEM DO DIA, foi aprovado em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta de votos, o Projeto de Lei Complementar nº 117/16 de autoria do Deputado Hermínio Coelho que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011”, com 13(treze) votos. Foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os seguintes Projetos de Lei Ordinária de autoria do Poder Executivo nºs.: 438/16 – M 124 que “Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providência”; 468/16 – M 164 que “Altera e acrescenta itens à Tabela A – Taxa de Serviço de Administração em Geral – Base de Cálculo UPF/RO, da Lei nº 222, de 25 de janeiro de 1989, que Dispõe sobre taxas estaduais”; 480/16 – M 175 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 79.614.383,00 em favor das unidades orçamentárias: ALE, TCE, TJ, MP, DPE e unidades orçamentárias do Poder Executivo”; 489/16 – M 187 que “Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 865, de 22 de dezembro de 1999 que Dispõe sobre a concessão de folga a servidor público estadual que efetuar doações de sangue”; 490/16 – M 188 que “Estabelece medidas compensatórias florestais para empreendimentos minerários localizados em área de Reserva Legal e dá outras providências”. Foi lido e aprovado, em discussão única e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos o Requerimento de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Requer à Mesa, na forma regimental, seja aprovado criação de Comissão Temporária Especial destinada a investigar e apurar o vazamento de radiação dos equipamentos de Raio-X e Tomografia no Hospital João Paulo II, no município de Porto

Velho". Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 18 de outubro do corrente ano, no horário regimental, às 15:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações, às dezenove horas e dez minutos do dia onze de outubro do ano dois mil e dezesseis.

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano dois mil e dezesseis, às dezoito horas e dezesseis minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência dos Senhores Deputados Maurão de Carvalho – Presidente e Edson Martins – 1º Vice-Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Edson Martins, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira e Senhora Deputada Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Dr. Neidson, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Lebrão, Léo Moraes, Só na Bença e senhoras Deputadas Glaucione e Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à ORDEM DO DIA, foram lidos: Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Maurão de Carvalho que "Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Olindo Vanzella"; Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que "Susta os efeitos do parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 21299, de 10 de outubro de 2016". Foram aprovados em primeira discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os seguintes Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo nºs.: 469/16 – M 165 que "Altera dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; 499/16 – M 195 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 9.623.192,05, em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Previdenciário Capitalizado – FUNPRECAP, Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM, Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON e Instituto de Pesos e Medidas – IPEN"; 500/16 – M 196 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 2.029.220,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia – FECOEP/RO"; 501/16 –

M 202 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por *Superávit* Financeiro, até o montante de R\$ 480.140,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS"; e Projeto de Lei nº 494/16 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento de termo de compromisso firmado pelos representantes legais dos Poderes, Órgãos, Entidades ou Empresas com os proponentes junto à Assembleia Legislativa". Foram aprovados em discussão única e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos os seguintes Projetos de Decreto Legislativo: de autoria do Deputado Dr. Neidson nºs.: 079/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 1º SGT BM RE Raimundo Pinto dos Santos, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 080/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 2º TEN BM Newton Barroso Paz, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 081/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT BM Livaldo Barroso Medeiros, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 082/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 1º SGT BM Josimar Ribeiro Bragado, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 083/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 1º SGT BM Salvador Santos Silva Júnior, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 085/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo à Senhora Sônia Maria Duarte de Souza Bragado, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 086/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo PM Henry Gomes Teske, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 087/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM Afrânio dos Santos Teixeira, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; 088/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao CABO PM Roberto de Menezes Mascarenhas, por relevantes serviços prestados no município de Guajará-Mirim"; de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid nºs.: 076/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM Almicar Lopes Almeida"; 077/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM Erivaldo Gusmão de Paula"; 084/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Superintendente do Incra Cletho Muniz de Brito", com uma abstenção do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro; de autoria da Deputada Lúcia Tereza nº 075/16 que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Dr. Luis Eduardo Maiorquim - Secretário de Estado da Saúde de Rondônia"; de autoria do Deputado Lebrão nº 089/16 "Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves". Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação os Projetos aprovados nesta sessão. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações, às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezoito de outubro do ano dois mil e dezesseis.

ADVOCACIA GERAL

Extrato Contrato nº 34/2016/ALE/RO -Processo Administrativo nº 0010736/2016-34**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**Contratada:** MAURÍCIO ANANIAS DE JESUS

DO OBJETO: O LOCADOR dá em locação o imóvel situado na Rua Rui Barbosa, n. 639, Bairro Arigolândia, nesta cidade de Porto Velho e que já funciona a Advocacia Geral e a Superintendência de Recursos Humanos deste poder, com as seguintes características: casa em alvenaria, piso cerâmico e cobertura em estrutura de madeira e telha em fibrocimento, localizado no perímetro urbano.

DO PRAZO: A Locação vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a iniciar a partir do dia 01 de dezembro de 2016, com direito a renovação por períodos iguais e subsequentes, conforme interesse da LOCATÁRIA e anuência do LOCADOR, desde cumpridos os requisitos determinados em lei.

DO VALOR: Fica convencionado o valor do aluguel mensal em R\$ 5.147,30 (cinco mil e cento e quarenta e sete reais e trinta centavos), totalizando o contrato em R\$ 123.535,20 (cento e vinte e três mil e quinhentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), e será pago mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta corrente a ser indicado pelo Locador.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Parágrafo primeiro - Consta no presente Processo manifestação do Presidente e do ordenador de Despesa, à fl. 02, bem como aviso da dispensa de Licitação à fl. 72, e autorização para elaboração do contrato à fl. 75.

Parágrafo quarto - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte programação:

Nota de Empenho: 2016NE01252 - Programa de Trabalho: 01122102020620000 - Fonte de Recurso: 0100000000; - Natureza da Despesa: 339036;

Nota de Empenho: 2016NE01253 - Programa de Trabalho: 01122102020620000 - Fonte de Recurso: 0100000000; - Natureza da Despesa: 339036;

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente, e para um só efeito, o qual será registrado à fl. 34 do Livro Especial de Contratos desta Advocacia Geral, impresso em duas vias de igual teor.

Porto Velho-RO, 23 de setembro de 2016.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**Deputado Maurão de Carvalho**
Presidente**Arildo Lopes da Silva**
Secretário-Geral**Contratada:** **Maurício Ananias de Jesus**
CPF 393.978.157-68Visto: **Celso Ceccatto** - Advogado-Geral**Extrato QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 013/2011
Processo Administrativo nº 00474/2011
VOLUME VII – SPD0 0400/2012-82****Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**Contratada:** TELEFÔNICA BRASIL S/A.

DO OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a PRORROGAÇÃO do Contrato nº. 013/ALE/RO/2011, referente à prestação de serviço de internet móvel banda larga de 65 (sessenta e cinco) assinaturas para acesso móvel a internet com transmissão de dados padrão banda larga, permitindo acesso à internet em alta velocidade, na Capital, e velocidade mínima de 50 kbps, no interior do Estado de Rondônia, ambos com acesso ilimitado, com franquia de 4GB, no mínimo, para atender as necessidades da CONTRATANTE, de acordo com o projeto básico e demais condições expostas no Contrato, constantes nos autos administrativos.

DO PRAZO: Fica estabelecido para o presente TERMO ADITIVO o prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 06 de agosto de 2016, ultimando-se em 05 de novembro de 2016, conforme manifestação da Secretária Administrativa à fl. 2023, autorização do Secretário Geral à fl. 2020 e saldo de Nota de Empenho à fl. 2022, no valor de R\$ 18.897,97 (dezoito mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), bem como, a manifestação da Advocacia-Geral, conforme Parecer nº 368/AG/ALE/RO/2016, dos autos nº 0474/2011, vol. VII.

DO VALOR: Parágrafo primeiro. Para atender o presente TERMO ADITIVO, foi autorizada a despesa para cobertura do período correspondente aos 90 (noventa) dias no valor de R\$11.700,00 (onze mil e setecentos reais), devendo ser utilizado o saldo da Nota de Empenho (fl. 2022), no valor de R\$ 18.897,97 (dezoito mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente TERMO ADITIVO correrão à conta do saldo da Nota de Empenho (2016NE0075, emitido em 05/01/2016, no valor de R\$27.950,00, Nat. Despesa 339039, Programa de Trabalho 01122102020620000, fls. 1712).

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente QUINTO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes e com visto do Senhor Advogado-Geral desta Casa Legislativa, e registrado à fl. 18 (dezoito) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2016, da Advocacia Geral.

Porto Velho, 05 de agosto de 2016.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário-Geral

Contratada: Telefônica Brasil S/A

Ana Cristina de Lima Cardoso Carvalho
Administradora

Carlota Braga de Assis Lima

Visto: **Celso Ceccatto** - Advogado-Geral

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 362/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03(três) diárias no período de 18 a 20/10/2016, ao Deputado Estadual JESUÍNO SILVA BOABAIDE, cadastro nº200160356, conforme Processo nº. 00014741/2016-65.

Porto Velho - RO, 18 de Outubro de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA **MAURÃO DE CARVALHO**
Secretário Geral Presidente

ATO Nº 363/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias, no período de 19 a 22/10/2016, ao servidor relacionado que se deslocará a cidade de Brasília - DF, com objetivo de prestar serviços assessorando o Deputado Estadual Laerte Gomes, que estará tratando de assuntos de interesse do Estado de Rondônia, conforme Processo nº. 00014794/2016-97.

Matricula: 200162398
Nome: Rodrigo Mota de Jesus
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 19 de Outubro de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA **MAURÃO DE CARVALHO**
Secretário Geral Presidente

ATO Nº1286/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

RE L O T A R:

JOSÉ RIBAMAR DE CARVALHO LAGO matrícula nº. 100008153, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete da Deputada Lúcia Tereza, a partir de 03 de outubro de 2016.

Porto Velho, 11 de outubro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Maria Marilu do Rosário. de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1373/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o **ATO/Nº1253/2016-SRH/P/ALE**, de 08.09.2016, publicado no Diário Oficial da ALE/RO, nº 154, de 13.09.2016.

Porto Velho, 18 de outubro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 13855/2016-22

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, através da Comissão Permanente de Pregão - CPP, nomeada pelo **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, tipo **Menor Preço**, consignando o que se segue:

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de água mineral em garraões de 20 (vinte) litros para reposição e garrafas de meio litro descartáveis, pelo período de 12 (doze) meses, a pedido do **Departamento de Logística**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme quantitativos e condições discriminadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 102.096,00 (Cento e dois mil e noventa e seis reais).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) **NÃO**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **04 de novembro de 2016, às 8:00hs**, horário local

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, situada a Rua Major Amarante, nº 390 - Bairro Arigolândia - Porto Velho/RO.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site www.al.ro.leg.br, Link Licitações.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Pregão – CPP/ALE-RO, e-mail: cpl@al.ro.leg.br - telefone: (0xx) 69-3216-2732.

Porto Velho - RO, **18 de outubro de 2016.**

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II do Art. 25 combinado com o inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93, a empresa **Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP Ltda**, inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0001-09, estabelecida na Rua Lourenço Pinto, 196 – Centro, Curitiba/PR – CEP: 80010-160, com vistas à participação de servidores desta Casa de Leis no **10º Pregão Week – Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão**, evento que será realizado no período de 24 a 28 de outubro de 2016 na cidade de Foz do Iguaçu/PR, no valor total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), conforme Processo Administrativo nº 00014534/2016-41.

Milton Neves de Oliveira
SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES – ALE/RO

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso II do art. 25 combinado com o Inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 19 de outubro de 2016.

Arildo Lopes da Silva
Secretario Geral
ALE/RO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II do Art. 25 combinado com o inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93, a empresa **ELIANA LUCIA FERREIRA - ME**, portadora do CNPJ nº 23.808.788/0001-62, com sede à Rua David Tows, 1085, Apt 108 – Andar Térreo, Bairro Xaxim, CEP: 81.830-270 - Curitiba/PR, com vistas à participação de servidor no **Seminário Avançado de Concurso Público**, que será realizado nos dias 20 e 21 de outubro de 2016, na cidade de Salvador - BA, no valor total de R\$ 2.990,00 (dois mil, novecentos e noventa reais), conforme Processo Administrativo nº 00014536/2016-42.

Milton Neves de Oliveira
SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES – ALE/RO

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso II do art. 25 combinado com o Inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 19 de outubro de 2016.

Arildo Lopes da Silva
Secretario Geral
ALE/RO